

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO

2012/2013



TII

**A AMAZÓNIA BRASILEIRA – ESTRATÉGIAS DE PRESENÇA E
DISSUAÇÃO SEGUNDO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA
DO BRASIL E SUA POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO COM OS
PAÍSES FRONTEIRIÇOS.**

DOCUMENTO DE TRABALHO

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A AMAZÓNIA BRASILEIRA – ESTRATÉGIAS DE
PRESENÇA E DISSUAÇÃO SEGUNDO A ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL E SUA
POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO COM OS PAÍSES
FRONTEIRIÇOS**

Maj Art (BRASIL) Erlon Pacheco da Silva

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Pedrouços 2013



INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**A AMAZÔNIA BRASILEIRA – ESTRATÉGIAS DE
PRESENÇA E DISSUAÇÃO SEGUNDO A ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL E SUA
POSSIBILIDADE DE INTERAÇÃO COM OS PAÍSES
FRONTEIRIÇOS**

Maj Art (BRASIL) Erlon Pacheco da Silva

Trabalho de Investigação Individual do CEM-C 12/13

Orientador: Maj Eng Adalberto José Guerreiro da Silva Centenico

Pedrouços 2013



Agradecimentos

Agradeço inicialmente a Deus por tudo, minha vida, minha família, e por conceder-me a oportunidade de realizar tão gratificante curso em um país que nos recebeu de maneira tão acolhedora.

Agradeço a minha esposa Fernanda e a minha filha Camilla, pelo apoio para que prosseguisse a caminhada e por compreenderem as minhas ausências.

Agradeço a meus pais, exemplos de dedicação, por moldarem o meu caráter e por ensinarem-me a sempre lutar por meus objetivos.

Agradeço ao Comandante Valentim Rodrigues, Diretor do Curso de Estado-Maior Conjunto, pela direção serena e segura que nos deu a todos e pelo constante incentivo para que prosseguíssemos na execução deste projeto, a par das outras tarefas do curso.

Agradeço a meu orientador, Major Centenico, pela paciência, pela amizade, pelas orientações e pelas indicações oportunas que me mantiveram no rumo certo.

Agradeço aos camaradas de curso, em especial aos Majores Pedro Costa e Vítor Borges, que me repassaram fontes de consulta e fizeram leituras do texto para acerto de detalhes.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para minorar as dificuldades enfrentadas para o desenvolvimento à distância de um tema voltado para o Brasil e países vizinhos, por meio de apontamentos e envio de fontes e documentos digitais, com destaque para o Coronel Agnelo, Tenente-coronel Migon, Major Fabiano, Major Abinoan, Major Faccin, Major Taranto, Major Clynsen, Major Eron, Major Facó e Major Sérgio Matos.



Índice

Introdução.....	1
1. Ameaças transnacionais presentes na região	6
a. Tráfico de drogas e armas e crime organizado	6
b. Grupos paramilitares e de guerrilha na Colômbia e no Peru.....	9
(1) Colômbia.....	10
(a) Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia	10
(b) Exército de Libertação Nacional.....	12
(2) Peru.....	13
c. Biopirataria	13
2. O Brasil e a defesa das fronteiras na região Amazônica	16
a. A Estratégia Nacional de Defesa e a Amazônia Brasileira	16
b. A atuação nacional contra as ameaças transfronteiriças	17
c. Os programas, projetos e medidas específicos do EB depois da END e a priorização da Amazônia	20
(1) A Estratégia Braço Forte.....	20
(a) O Plano de Articulação e seus programas	21
(b) O Plano de Equipamento e seus programas.....	23
d. As estratégias da presença e dissuasão no contexto da segurança da Amazônia brasileira	24
3. A Colômbia e o Peru e a defesa da Amazônia.....	26
a. Colômbia	27
b. Peru	30
(1) A Amazônia peruana	32
(2) A cooperação entre o Brasil e o Peru	33
(a) Tráfico ilícito de drogas.....	34
(b) Controle fronteiriço.....	34
(c) Tecnologias para a segurança fronteiriça	34
c. A Reunião tripartite entre o Brasil, o Peru e a Colômbia	35
4. A Segurança Cooperativa na Amazônia brasileira.....	37



a. Análise de contexto.....	37
b. Possibilidades de evolução.....	40
Conclusões.....	45
Bibliografia.....	49

Índice de Anexos

Anexo A.....	A-1
--------------	-----

Índice de Figuras

Figura nº 1 – Dimensões da Amazônia Brasileira.....	1
Figura nº 2 – Prevalência do uso de cocaína em 2010.....	6
Figura nº 3 – Principais fluxos globais de cocaína em 1998 e 2008.....	9
Figura nº 4 – Organização e articulação do CMA em 1950.....	16
Figura nº 5 – Esquema do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.....	18
Figura nº 6 – Ações principais e objetivos gerais dos planos da EBF.....	21
Figura nº 7 – Mapa do Programa Amazônia Protegida 1ª fase.....	22
Figura nº 8 – Mapa da criação de novas Bda Inf SI no CMA.....	23
Figura nº 9 – Objetivos da Política de Defesa e Segurança Democrática	28
Figura nº 10 – Bases geoestratégicas - Política de Segurança e Defesa Nacional do Peru.....	31
Figura nº 11 – Mapa Político da América do Sul.....	37
Figura nº 12 – A hidrografia do rio Amazonas em sua porção brasileira.....	41
Figura nº 13 – O Ambiente Amazônico.....	43



Índice de Tabelas

Tabela nº 1 –	Cultivo ilícito global da planta da cocaína, 2001-2010 (hectares).....	7
Tabela nº 2 –	Patentes sobre produtos das plantas amazônicas requeridas em diversos países desenvolvidos.....	14
Tabela nº 3 –	Objetivos Estratégicos da Política de Consolidação da Segurança Democrática.....	29



Resumo

A Amazônia Brasileira abriga abundantes recursos naturais e biodiversidade, para além de ser uma reserva extraordinária de água doce. A existência dessas riquezas reforça a necessidade de se priorizar a região em qualquer política ou estratégia de defesa do país, principalmente pelo facto de que a cobertura vegetal nela existente traz severas dificuldades à monitorização e controlo. Nesse contexto, e considerando que a região amazónica abrange também países vizinhos ao Brasil, alguns deles inclusive com problemas de maior gravidade, seria lícito supor que há iniciativas voltadas para uma cooperação multinacional para a segurança da área, mas estas são muito incipientes.

Assim, o trabalho teve como objetivo verificar o panorama geral das estratégias nacionais para a defesa das áreas fronteiriças de floresta amazónica do Brasil, Colômbia e Peru e a sua possibilidade de interação por meio de parcerias.

O procedimento metodológico utilizado passou pela análise das principais ameaças transfronteiriças presentes na região, pelo enfoque dado pelo Brasil para a área, principalmente no que se refere aos projetos e ações no contexto das estratégias da presença e dissuasão. Passou, também, pela tentativa de perceber, no estudo das políticas de segurança e defesa do Peru e da Colômbia, como é abordada a segurança das fronteiras amazónicas nestes países, para então verificar a possibilidade de integração das ações dos dois Estados com o Brasil numa segurança cooperativa.

Um dos resultados atingidos que merece destaque é que as ameaças internas presentes no Peru e na Colômbia parecem influenciar fortemente seu planeamento em segurança e defesa, indicando que a prioridade talvez não esteja voltada para as fronteiras com o Brasil.

Foi possível, então, verificar-se que é perfeitamente viável o estabelecimento de uma segurança cooperativa para a região Amazónica, reforçando as estratégias brasileiras da presença e dissuasão, pois foram visualizadas medidas e recomendações em diversos níveis que contribuem neste sentido. O estudo também permitiu concluir que é de extrema importância para o Brasil considerar a prioridade dada pelos vizinhos para a segurança dessas fronteiras comuns, que tem potencial para interferir em qualquer cooperação estabelecida, e deve ser considerada pelo Brasil na elaboração de sua estratégia para a segurança da Amazônia Brasileira.



Abstract

The Brazilian Amazon region has many natural resources and biodiversity, besides the fact that is an extraordinary reserve of fresh water. The existence of these wealthy means reinforces the necessity of prioritizing the region in any Brazilian defense policy or strategy, mainly due to the fact that the vegetal coerture brings strong difficulties to monitor and control the area. In this context, and considering that the Amazon region also reaches Brazilian neighboring countries, some of them with more serious problems, it is admissible to believe that there are initiatives aimed to security the area through multinational cooperation, but they are still very incipient.

Consequently, the objective of this monograph was to verify the general panorama of the national strategies to defend the border areas amongst Brazil, Colombia and Peru encompassed by the Amazon forest, as well as their possibility of interaction through partnerships.

The methodological procedure adopted was the analysis of the major boundary threats in the region, according to the Brazilian focus in the area, mainly in regards to the projects and activities in the context of presence and deterrence strategies. Another procedure was the attempt of perceiving, in the study of Peruvian and Colombian security and defense policies, the way they deal with the security in their Amazonian borders. Doing so, it can be verified the possibility of integration among the actions of these two states and Brazil, in a cooperative security way.

Among the results of the study, it can be highlighted that the internal threats in Peru and Colombia seem to strongly influence their planning in security and defense, which shows that their priorities maybe are not aimed to the borders with Brazil.

Therefore, it was possible to verify that is perfectly practicable the establishment of a cooperative security in the Amazon region, strengthening the presence and deterrence Brazilian strategies, because there are some steps and recommendations in various levels which lead to this way. The study also supported the conclusion that is very important for Brazil to consider the neighbors' priority related to the security of the common borders, which can interfere in any cooperation established, and must be evaluated by the country in the elaboration of its strategy for the protection of the Brazilian Amazon region.



Palavras-chave

Amazônia, Brasil, Colômbia, Peru, Estratégia Nacional de Defesa, Presença, Dissuasão, Segurança Cooperativa



Lista de abreviaturas

ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Acre
AM	Amazonas
AP	Amapá
Bda Inf SI	Brigada de Infantaria de Selva
CDS	Conselho de Defesa Sul-americano
CEMC	Curso de Estado-Maior Conjunto
CMA	Comando Militar da Amazônia
EB	Exército Brasileiro
EBF	Estratégia Braço Forte
ELN	Exército de Libertação Nacional
EME	Estado-Maior do Exército
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
Fiocruz	Fundação Instituto Osvaldo Cruz
GAML	Grupos Armados a Margem da Lei
H	Hipótese
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
MD	Ministério da Defesa
OEA	Organização dos Estados Americanos
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica
PA	Pará



PAP	Programa Amazônia Protegida
PD	Pergunta derivada
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
PF	Polícia Federal
PP	Pergunta de partida
RO	Rondônia
RR	Roraima
SISFRON	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
VANT	Veículo aéreo não tripulado

Introdução

A Amazônia Brasileira abrange aproximadamente 52% do território do país (Figura nº 1) e conta com uma imensurável riqueza em recursos naturais, destacada biodiversidade, sendo ainda uma reserva extraordinária de água doce. A simples análise da abundância de recursos ali presentes já pressupõe que sua proteção deva ter papel relevante em qualquer política ou estratégia de defesa do país, principalmente na atual conjuntura, em que o Brasil apresenta um desenvolvimento econômico mais sólido e maior projeção no cenário internacional, e em que a escassez de recursos e alterações climáticas a nível global começam a figurar na agenda dos países, o que reforça ainda mais a importância geoestratégica da região amazônica¹.



Figura nº 1- Dimensões da Amazônia Brasileira.

Fonte: (Mattos, 2011)

Entende-se que qualquer estudo sobre segurança e defesa da região deve *a priori* levar em consideração as ameaças presentes, sendo algumas o tráfico de drogas, de armas e de seres humanos, o contrabando, a presença de grupos paramilitares e de guerrilha e a biopirataria, já que todas acabam por assumir um caráter transnacional, pelas próprias características físicas da região, que permitem grande permeabilidade nas fronteiras e

¹ Região que engloba os chamados países amazônicos, que por sua vez são os signatários do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA): Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (Araújo, 2006, p. 15).



tornam difícil a monitorização pelas autoridades responsáveis. Estas ameaças acabam, assim, por se constituir em grave risco à segurança dos países amazónicos.

Nesse contexto, surge a necessidade de se verificar se as nações que compartilham aquelas riquezas e ameaças procuram também soluções conjuntas e cooperação para a defesa de seus interesses.

As tentativas de aproximação entre os países amazónicos intensificaram-se a partir da década de 1960, culminando com a assinatura do TCA em 1978, conforme já referido, com o objetivo principal de promover o desenvolvimento económico da região.

Por outro lado, a Organização do Tratado de Cooperação Amazónica (OTCA), criada em 1995 pelos mesmos países, voltou-se para a preservação do património e para o desenvolvimento sustentável da área.

Para Torrecuso (2004, cit. por Araújo, 2006, p. 139), a OTCA sumiu com qualquer vínculo que pudesse ter sido conotado no TCA com as questões de segurança, voltando-se para um processo de cooperação ambiental.

Ainda na tentativa de se encontrar abordagens relativas à segurança da região, verifica-se que a Organização dos Estados Americanos² (OEA) trata o tema segurança no Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, mas o documento é genérico, observando a necessidade de se assegurar a paz e prover ajuda recíproca contra qualquer agressão a um Estado-membro, não abordando especificamente o assunto Amazônia (Organization of American States, 1947).

Assim, observa-se que as aproximações iniciais tinham foco económico ou ambiental e a preocupação com a defesa da região amazónica acabava por permanecer no âmbito interno de cada país.

Surgiu, então, o Conselho de Defesa Sul-americano³ (CDS), como órgão voltado para prevenir conflitos e fomentar a cooperação militar regional que, no entanto, tem pequena abordagem sobre a Amazônia. Filho (2011, p. 143) reforça ainda, que a sua prioridade não é a Amazônia, pois o Conselho considera que os países que a compartilham são os maiores interessados na segurança das fronteiras, devendo adotar as medidas necessárias para promovê-la.

² Organização criada em 1948 com os principais objetivos de promover a paz, justiça, solidariedade, colaboração, além da defesa da soberania, integridade e independência dos países do continente americano. Conta atualmente com 35 Estados membros (Organization of American States, 2013).

³ Criado pela Declaração de Santiago do Chile, em 2009, sendo composto por doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.



Para além disso, o CDS já enfrenta diversos desafios, dentre os quais ressentimentos antigos entre países e arroubos ideológicos de alguns governos (Filho, 2011, p. 350).

A relevância do estudo reside no facto de que a região amazónica ainda se ressent de iniciativas que vão ao encontro de uma cooperação multinacional para a segurança da área que, conforme já mencionado, é palco de crimes que trazem reflexos para muito além de seus limites. Para além disso, o trabalho pode também ser útil para outros estudos científicos voltados para temas de defesa, para relações internacionais ou para análise geopolítica no subcontinente sul-americano, que devem obrigatoriamente inserir a região amazónica em seu contexto, pela relevância que apresenta.

O estudo visa, assim, a região Amazónica numa perspetiva de ações de defesa, com a finalidade de aumentar os índices de segurança regional.

Face à abrangência do tema, delimitou-se o estudo às ações de âmbito militar e à possibilidade de cooperação com o Peru e a Colômbia na segurança fronteiriça, principalmente pelo facto de que as fronteiras desses países com o Brasil são mais sensíveis que a dos outros países amazónicos. Estes países são os principais produtores e exportadores de cocaína no mundo (43% Colômbia e 38% Peru), exportando-a para os mercados dos Estados Unidos da América (EUA) e Europa, passando pelo Brasil e mais especificamente pela Amazônia a maioria das rotas (United Nations Office on Drugs and Crime, 2010, p. 16). Também reforçam a importância da segurança das fronteiras as dificuldades de monitorização já referidas. Para além disso, destaca-se nos dois países a existência de movimentos revolucionários internos (como *Sendero Luminoso* e *Tupac Amaru* no Peru e Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)) que têm potencial para transpor as suas fronteiras. Assim, as ameaças a serem analisadas no trabalho são as que se visualizam com maior carácter transnacional: tráfico de drogas e armas, crime organizado, grupos paramilitares e de guerrilha e biopirataria.

Cabe ressaltar que, apesar de não ser uma delimitação ao trabalho, apesar de terem sido pesquisadas políticas e estratégias a nível nacional dos três países para a região, que possam indicar a possibilidade de uma segurança cooperativa, no caso do Brasil haverá indubitavelmente um foco no seu Exército, pois é a instituição que mais contribui para as estratégias da presença e dissuasão, já pela sua própria dispersão territorial na área.



Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral verificar o panorama geral das estratégias nacionais para a defesa das áreas fronteiriças de floresta amazônica do Brasil, Colômbia e Peru e a sua possibilidade de interação por meio de parcerias.

Os objetivos específicos são:

- Perceber quais são as principais ameaças de caráter transfronteiriço presentes na região amazônica abrangida pelos três países.

- Analisar as diretrizes da Estratégia Nacional de Defesa (END) do Brasil voltadas para a proteção das fronteiras da Amazônia e o Programa Amazônia Protegida (PAP), da Estratégia Braço Forte (EBF), do Exército Brasileiro (EB), verificando as medidas que têm sido efetivamente implementadas para a defesa das fronteiras na região.

- Analisar as políticas de segurança e defesa da Colômbia e Peru voltadas para a defesa de suas áreas fronteiriças de floresta amazônica e as medidas que têm sido adotadas para seu cumprimento.

- Percepcionar a possibilidade de interação entre as medidas adotadas pelo Brasil e pelos outros dois países para incrementar a defesa das fronteiras na região.

Para o atingir o objetivo geral, formulou-se a seguinte pergunta de partida (PP):

PP - Face ao ambiente regional e às ameaças em presença qual a viabilidade de uma segurança cooperativa para a Região Amazônica?

Para os objetivos específicos, formularam-se as seguintes perguntas derivadas (PD):

PD1 - Qual o quadro de segurança da Amazônia?

PD2 - Quais as principais medidas implementadas pelo Brasil para a proteção da região Amazônica?

PD3 - a Colômbia e o Peru apresentam indicadores, ao nível das políticas de segurança e defesa, que permitam percepcionar a viabilidade de uma segurança cooperativa para a região Amazônica?

PD4 - há a possibilidade de cooperação bilateral do Brasil com a Colômbia e/ou Peru para aperfeiçoar o preconizado no PAP?

No prosseguimento, com as respostas a essas questões elencadas, pretende-se validar as seguintes hipóteses (H):

H1 - o quadro de segurança da região é extremamente sensível e as ameaças têm potencial para ultrapassar as fronteiras com os Estados vizinhos.

H2 – o Governo Brasileiro tem empreendido maior esforço para a segurança e defesa da Amazônia, o que tem levado a reflexos principalmente no campo militar,



consubstanciados na forma de projetos e ações voltadas especificamente para contribuir com esse esforço.

H3 – há indicadores no âmbito das políticas de segurança e defesa da Colômbia e do Peru que permitem viabilizar uma segurança cooperativa com o Brasil.

H4 - existe a possibilidade de se incrementar a cooperação com os referidos países para aperfeiçoar os projetos brasileiros, reforçando as suas estratégias de presença e dissuasão.

A metodologia utilizada na investigação teve como base o Método Científico de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, também adotado pelo Instituto de Estudos Superiores Militares⁴ (IESM).

A abordagem deste tema baseou-se inicialmente numa pesquisa bibliográfica documental, que buscou definir os conceitos relacionados à temática em estudo. Houve, ainda, uma revisão de literatura para a definição de termos e levantamento das informações de interesse, utilizando fontes eletrônicas, artigos científicos, livros e monografias.

Para complementar a investigação documental recorreu-se ao levantamento de informações com militares especialistas no assunto, nomeadamente que estejam na função de adidos militares ou tenham realizado cursos na Colômbia e no Peru.

Assim, inicialmente foram analisadas as principais ameaças transfronteiriças presentes na região, já delimitadas.

Seguidamente foi analisado o enfoque dado na END do Brasil para a Amazônia e as consequências daí advindas, passando pelas ações no âmbito nacional até os projetos dos Ramos, com destaque para o PAP do EB.

Posteriormente foram estudadas políticas de segurança e defesa do Peru e da Colômbia para se tentar perceber como estes Estados abordam a segurança das fronteiras amazônicas e a viabilidade de uma segurança cooperativa para a região.

Procurou-se de seguida verificar a possibilidade de integração das ações dos dois países com o Brasil que levem ao aumento da cooperação para a segurança e defesa das fronteiras da região.

No Anexo A encontra-se uma base conceptual que enquadra o tema.

⁴ A referenciação bibliográfica foi efetuada de acordo com o estilo automático Harvard-Anglia, patente no *software Microsoft Word 2008*, e foi utilizado o acordo ortográfico.

1. Ameaças transnacionais presentes na região

a. Tráfico de drogas e armas e crime organizado

O problema mundial das drogas agravou-se para o quadro atual a partir da década de 1960 nos EUA, espalhando-se rapidamente pela Europa e pelo resto do mundo, sendo a região andina na América do Sul uma das principais áreas de cultivo, especialmente de cocaína (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 63).

Ainda de acordo com o relatório, os maiores mercados de consumo de cocaína são a América do Norte, a Europa e a Oceânia (Figura nº 2). Para além disso, enquanto o mercado de cocaína dos EUA continua sendo quase que exclusivamente abastecido pela Colômbia, desde 2006 houve uma mudança nos mercados europeus desta droga, que passaram a compensar parcialmente a diminuição da produção colombiana com cocaína produzida no Peru e na Bolívia, que tem apresentado um aumento nas suas produções, conforme se vê na tabela nº 1 (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 2).

O mesmo relatório indica que tem havido um aumento na procura por cocaína em diferentes regiões em virtude da emergência de novos mercados, como por exemplo na Europa Oriental e no sudeste da Ásia. Além disso, alguns dados indicam a expansão do mercado de cocaína, particularmente do “*crack*”⁵, em alguns países da América do Sul (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 2).

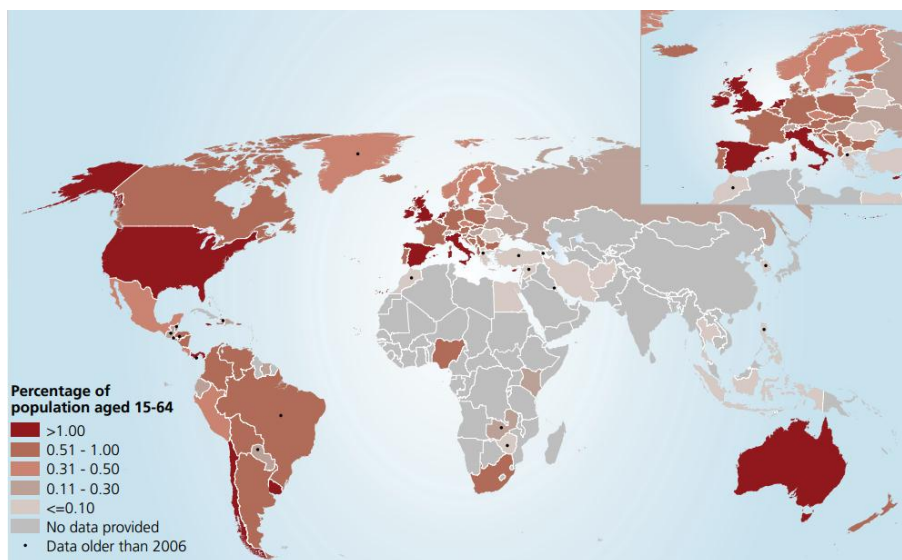


Figura nº 2 - Prevalência do uso de cocaína em 2010.

Fonte: (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012)

⁵ Forma mais barata de cocaína, surgida no início da década de 1980. É obtida por meio de processos que tornam a cocaína adequada para ser fumada (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 2).



Observa-se, assim, que o tráfico de drogas é um problema alarmante a nível mundial e que a diminuição da produção em determinadas áreas, fruto de políticas de combate e controlo, é compensada pelo aumento em outras áreas, ou pelo aumento da tecnologia na produção, que faz com que se aumente a densidade produtiva. De qualquer forma, mesmo com a diminuição de suas áreas de cultivo a Colômbia permanece como a maior produtora mundial, seguida do Peru, sendo que em 2010 estes dois países detinham cada um 40% da área total do mundo de cultivo de coca (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 76).

Tabela nº 1 - cultivo ilícito global da planta da cocaína, 2001-2010 (hectares).

Fonte: (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 35)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bolivia (Plurinational State of)	19 900	21 600	23 600	27 700	25 400	27 500	28 900	30 500	30 900	31 000
Colombia										
(Area without adjustment for small fields)	144 800	102 000	86 000	80 000	86 000	78 000	99 000	81 000	68 000	57 000
(Area with adjustment for small fields)	73 000	62 000
Peru	46 200	46 700	44 200	50 300	48 200	51 400	53 700	56 100	59 900	61 200
Total^a	210 900	170 300	153 800	158 000	159 600	156 900	181 600	167 600	158 800	149 200

Em relação à heroína, a Colômbia, juntamente com o México, são os países latino-americanos com os maiores cultivos de papoilas⁶, respondendo por 7% da área mundial (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 27). Para além disso, a Colômbia é uma das principais origens da heroína que entra nos EUA, e sua produção de maconha⁷ tem experimentado grande aumento nos últimos anos (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 49).

O Peru tem sido uma importante fonte de cocaína para o Brasil e os países sul-americanos nos últimos anos, e parte dessa droga é transportada do Brasil para a África (principalmente a África Ocidental e Meridional), tendo como destino final a Europa. Para além disso, há que se destacar que por afinidades linguísticas, Portugal se tornou uma

⁶ Planta de onde se extrai o ópio, usado na produção da heroína.

⁷ Droga de efeito entorpecente preparada com as folhas e flores do cânhamo.



importante área de transbordo de cocaína (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 79).

No que se refere às rotas mundiais do tráfico, especificamente as originadas na região andina⁸ e com passagem pelo Brasil, segundo Freitas (2011, p. 97), “as entradas do narcotráfico são, principalmente, pelos Estados de Rondônia e Mato Grosso, vindo da Bolívia; pelos rios Juruá e Javali, na altura da cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, vindo do Peru; pelos rios Solimões e Içá, Estado do Amazonas, vindo da Colômbia, (...) e pela fronteira seca entre Brasil e Venezuela, vindo da capital federal desse país – Caracas.”

Nas décadas de 1970 e 1980 o transporte da droga era feito principalmente por via aérea da Colômbia para a Florida. Em virtude do aumento da fiscalização, o transporte passou a ser preferencialmente por barco, via Mar das Caraíbas. Já neste século, surgiu o transporte por minissubmarinos da Colômbia para o México diretamente ou para países da América Central, indo depois para o México e a partir daí indo por estrada para os EUA. Para o mercado europeu, a droga é usualmente transportada para a Venezuela e deste país para vários países centro-americanos, sendo depois transportada para a Europa, frequentemente por ar (United Nations Office on Drugs and Crime, 2012, p. 79).

A figura nº 3 indica a evolução das rotas do tráfico originado na região andina, de 1998 a 2008. Como se pode observar, houve um incremento na utilização de rotas que passam pelo Brasil, aproveitando-se da permeabilidade das fronteiras, em especial na região amazônica. Esta rota “amazônica” abastece os mercados americano e europeu (se disseminando-se para norte e leste através da região amazônica) e também os grandes centros consumidores do Brasil.

Com relação ao tráfico de armas, segundo Piletti (2008, p. 143), a região amazônica “também serve de rota para o tráfico de armas que caminha em sentido inverso, na direção dos países produtores da droga – em especial a Colômbia -, onde abastece traficantes e guerrilheiros”.

Nesse sentido, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso Brasileiro identificou a venda de armas por traficantes brasileiros para as FARC, sendo que a prisão de Luiz Fernando da Costa, o “Fernandinho Beira-Mar”, em 2001 por autoridades colombianas confirmou essas operações (Santos, 2009, p. 59).

E como se enquadra o crime organizado nessa conjuntura? Não se pode falar em crime organizado sem se falar em tráfico de drogas e armas, pois na maior parte das vezes

⁸ Esta região em virtude de suas características de clima e altitude torna-se o melhor sítio mundial para a produção de cocaína, além da produção de outros estupefacientes.

essas atividades são realizadas pelas próprias organizações acima referidas, caracterizando-se como sua principal fonte de recursos.

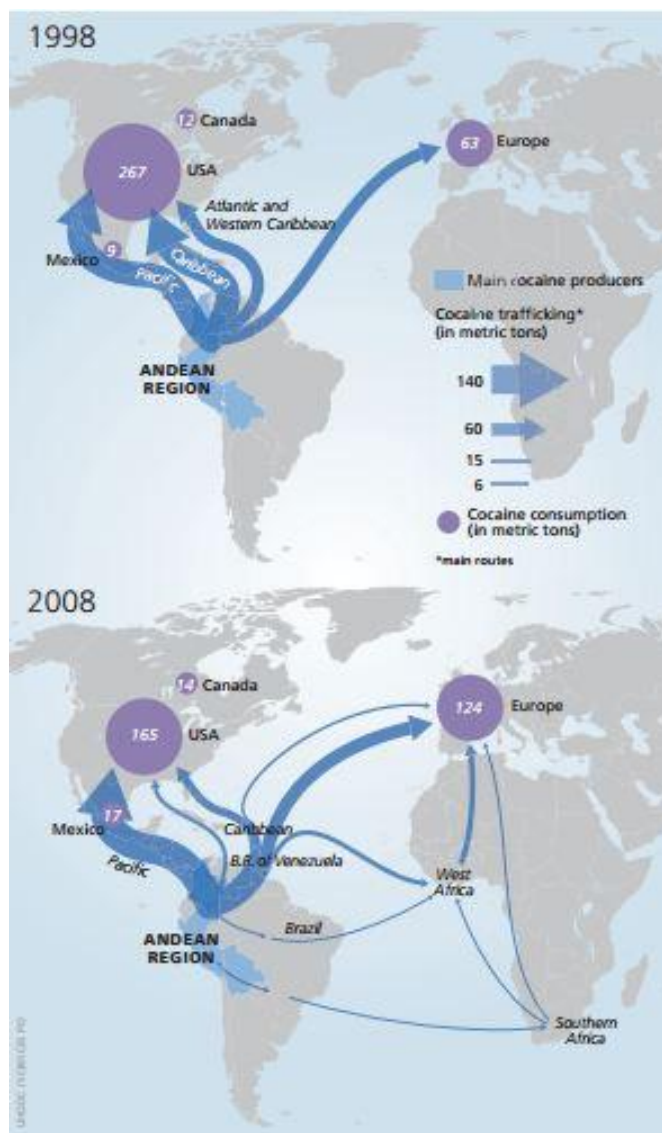


Figura nº 3 - Principais fluxos globais de cocaína em 1998 e 2008.

Fonte: (United Nations Office on Drugs and Crime, 2010, p. 233)

b. Grupos paramilitares e de guerrilha na Colômbia e no Peru

Segundo Freitas (2011, p. 97), “o narcotráfico é, ainda, utilizado por movimentos de guerrilha ou grupos fora da lei, na Colômbia, no Peru e na Bolívia, para subsidiar suas atividades.” Esta afirmação indica as dificuldades encontradas no combate a esses ilícitos pois se inter-relacionam, o que aumenta a esfera de atuação e o poder dos criminosos, trazendo obstáculos à sua subjugação.

Essa associação também é referida no *World Drug Report* (2012, p. 84), quando indica que “as ligações entre tráfico de drogas e as atividades de grupos armados ilegais e,



em alguns casos, terrorismo, aparentam ter progredido. (...) Alguns exemplos bastante conhecidos são (...) as ligações entre o tráfico de cocaína e o *Sendero Luminoso* no Peru nos anos 90, o uso de recursos oriundos do comércio ilegal de estupefacientes para financiar as FARC na Colômbia nos anos 2000, (...) ”

O estudo destes grupos é relevante para este trabalho pois eles utilizam a selva como refúgio, e a grande dificuldade de vigilância em virtude da cobertura vegetal faz com que se configurem numa ameaça bastante expressiva à segurança da região.

(1) Colômbia

(a) Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia

As FARC são uma organização criada em meados da década de 1960 pelo partido comunista colombiano, com o objetivo de tomar o poder do Estado pela força.

As FARC atingiram seu ponto alto militar em 1998, quando chegaram a capturar por certo período de tempo a cidade de Mitú (capital do Departamento de Vaupés). Anteriormente, várias vitórias expressivas da guerrilha tinham-se seguido, como a destruição da base militar de Las Delicias (Putumayo) em 1996 e a derrota da unidade de contra-guerrilha em El Billar (Caquetá) em 1998. Essas ações marcaram o ápice do plano estratégico do grupo para a tomada do poder político, adotado na sétima conferência das FARC, em 1982, a partir da qual houve grande aumento de sua capacidade militar, incluindo o aumento de efetivo (International Crisis Group, 2012, p. 7).

O grupo passou a experimentar um declínio a partir de 2002, no governo do presidente Álvaro Uribe, que implementou uma ofensiva militar contra a guerrilha, desalojando e minando as forças das FARC e do Exército de Libertação Nacional (ELN), que será analisado de seguida. Contou para isso com apoio dos EUA por meio do Plano Colômbia⁹.

Como exemplo desta ajuda norte-americana citam-se, conforme Piletti (2008, p. 148), o financiamento para a compra de equipamentos militares, a preparação da Brigada Antinarcóticos da Colômbia, a instalação de radares e a criação e operação de um centro de inteligência. Foi também criada uma força de elite colombiana com treino especial em contrassubversão (International Crisis Group, 2012, p. 2).

⁹ O Plano Colômbia dividiu-se em Plano Patriota e Plano Consolidação. O Plano Patriota caracterizou-se por uma ofensiva iniciada em 2004 que tinha como objetivos proteger a população, localizar e combater as FARC e capturar e neutralizar seus chefes. Foram empregados cerca de 18000 homens pelo governo da Colômbia no referido Plano. Já o Plano Consolidação, de 2007, tinha por objetivo proporcionar legitimidade às ações do Estado, construir o Estado de Direito nas regiões dominadas pela guerrilha e promover investimentos privados (Semana.com, 2007, cit. por Santos, 2009, p. 60).



É importante destacar uma vitória estratégica ocorrida contra a guerrilha, já que uma mudança na constituição do país em 2005 permitiu que o presidente Uribe fosse reeleito para novo mandato de quatro anos. Enquanto ao longo de 40 anos a guerrilha teve um comando estável e um planejamento a longo prazo, a coesão militar e política do governo sofria com mudanças e reorientação a cada quatro anos. O resultado dessa nova estratégia foi a expulsão das FARC dos departamentos centrais do país, assim como a perda pelo grupo do controle que detinham sobre corredores estratégicos, além do facto de que mais de 12000 guerrilheiros foram mortos entre os anos de 2002 e 2009 (International Crisis Group, 2012, p. 3).

Porém, a situação teve nova reviravolta, na medida em que a guerrilha aproveitou-se das vantagens estratégicas das fronteiras fracamente controladas da Colômbia com a Venezuela e o Equador, passando ter novos locais para descanso, reequipamento e expansão dos negócios ilícitos. Prova disso é o aumento das ações ofensivas do grupo, de menos de 200 em 2008 para 479 nos primeiros dez meses de 2011 (International Crisis Group, 2012, p. 3).

A preocupação dos países vizinhos deve incidir no facto de que o combate à guerrilha pode ter reflexos no espaço envolvente, na medida em que o aumento da pressão interna pode acarretar o deslocamento dos guerrilheiros e, se não houver condições de segurança nos Estados fronteiriços, podem ser estabelecidas novas bases, trazendo um recrudescimento do problema e agora envolvendo mais países na sua solução.

Confirmando essa possibilidade, Santos (2009, p. 75) indicou que “em novembro de 2007, o Ministério da Defesa do Equador informou ter combatido grupos armados ilegais colombianos nas imediações de Yanamaru, a 320 quilómetros de Quito, ocasião em que destruíram uma base clandestina das FARC com capacidade para 80 pessoas, com armas, munições e uniformes. Segundo forças equatorianas, naquele ano foram destruídas 117 bases e laboratórios das FARC, sendo um dos pontos-chave para a guerrilha a região petroleira de Sucumbios, onde é possível encontrar a gasolina branca, ainda não processada, utilizada na fabricação de cocaína.”

Talvez o exemplo mais emblemático disso seja a morte do dirigente das FARC, Raul Reyes, num acampamento no território equatoriano, bombardeado pelas FA colombianas no ano de 2008. Este incidente resultou no rompimento das relações diplomáticas entre Colômbia e Equador (Santos, 2009, p. 75).



Para além disso, segundo Piletti (2008, p. 143), “a ameaça mais visível neste sentido é a eventual passagem ou transferência para o Brasil de setores associados à produção de droga na Colômbia e/ou de elementos ligados às FARC, como efeito do combate ao narcotráfico que vem sendo desenvolvido na região a partir do Plano Colômbia.” Ribas também salienta que pode haver risco de transferência de parte do processo de produção da droga para o território brasileiro, mais especificamente o refino (Ribas, 2001, cit. por Piletti, 2008, p. 152).

Reforçam esse argumento os relatos de entrada de guerrilheiros no território brasileiro, como em 2007, em que o serviço secreto colombiano alertou a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) sobre a infiltração de colunas das FARC na região de Içama, no Estado do Amazonas. Para além disso, a fiscalização não é suficiente e algumas cidades brasileiras servem de entreposto para o tráfico de substâncias usadas no refino da coca, além de ocorrer o recrutamento de moradores das comunidades ribeirinhas pelos guerrilheiros para trabalharem no tráfico (Santos, 2009, p. 59).

(b) Exército de Libertação Nacional

O ELN é o segundo maior grupo guerrilheiro da Colômbia (International Crisis Group, 2011, p. 33), tendo surgido também no ano de 1964 com orientação comunista, para combater o governo do país.

A última tentativa de negociação do governo com o grupo falhou por não se chegar a um acordo sobre o cessar-fogo, pois o governo queria concentrar e identificar os elementos da organização, ao que esses se opuseram pois temiam por sua segurança (International Crisis Group, 2012, p. 25).

As FARC e o ELN chegaram a lutar duramente entre si, em especial no departamento de Arauca, onde ambos detinham acentuado poderio militar e económico, mas celebraram um cessar-fogo em setembro de 2010. A presença de ambos na área continua e os grupos conseguem influenciar diversos assuntos, inclusive no que se refere a eleições locais (International Crisis Group, 2011, p. 18). Essa situação pode aumentar as dificuldades das forças legais no combate a essas guerrilhas, pois elas dividem o território e isto implica em maior área controlada por um poder não-estatal.

No que se refere à situação atual dos grupos, o Governo calcula que as FARC tenham 9000 integrantes, enquanto o ELN é estimado em 2000 homens (International Crisis Group, 2012, p. 3).



(2) Peru

No Peru há que se destacar como grupo de guerrilha o *Sendero Luminoso*, surgido na década de 1980 como “movimento reformador que buscava instituir uma nova ordem económico-social no Peru por meio de uma insurreição armada. Chegou a ser considerado o mais poderoso movimento guerrilheiro da América do Sul, contando em suas fileiras com 10000 integrantes e contabilizando mais de 35 mil mortes entre 1980 e 1999” (Santos, 2009, p. 61).

O governo de Alberto Fujimori empreendeu forte combate ao movimento, mas este não foi erradicado, e as regiões de escasso povoamento, principalmente de floresta, são favoráveis ao seu refúgio. São classificados pelo Peru como narcoterroristas e estabelecem-se em duas áreas principais de produção de coca no país, o Vale de Huallaga, ao norte, e os vales dos rios Apurimac e Ene, no sudeste. Estima-se que atualmente o grupo conte com 400 a 700 integrantes, havendo notícias de que estejam recrutando, com os lucros da cocaína, novos combatentes dos vilarejos andinos (Santos, 2009, p. 61).

O governo tem tomado medidas para o combate à guerrilha e tem empreendido um aumento nos gastos militares para se contrapor à mesma, que muitas vezes tem armamento superior ao das forças estatais. Para além disso, anunciou em 2009 a intenção de aumentar a cooperação logística militar com os EUA (Kfuri, 2009, cit. por Santos, 2009, p. 61).

c. Biopirataria

A biopirataria¹⁰ é uma ameaça que, a par de ser mais encoberta e não apresentar as características de violência das anteriores, nem por isso deixa de ter menos importância para a segurança dos países amazónicos, conforme se verá adiante. Esta também possui carácter transnacional e aproveita-se do isolamento e das dificuldades de controlo na região.

No Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologia (2001, pp. 15-16) revela que “estimativas indicam que um em cada quatro produtos farmacêuticos já comercializados no mundo foram produzidos a partir de espécies vegetais de florestas tropicais, ainda que menos de um por cento das plantas tropicais tenha tido seus possíveis usos investigados”.

As principais formas pelas quais ocorre a biopirataria, ainda segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia (2001, p. 16), são:

- Expedições estrangeiras patrocinadas por grupos científicos ou empresariais orientadas para a atividade de bioprospecção, sobre a qual existe grande dificuldade de controlo;

¹⁰ Retirada de material genético de determinada área de forma ilegal (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001, p. 16).



- Ecoturismo, usado para encobrir a verdadeira intenção de pesquisadores estrangeiros que intencionam coletar amostras de plantas, solos, etc.;
- Ação de algumas organizações não-governamentais que sob a alegação de prestar auxílio a comunidades locais, acabam por coletar material genético; e
- Instituições nacionais de pesquisa que acabam por retirar material biológico para fora do país para a cooperação científica com o exterior, por não haver condições de pesquisa locais.

Um exemplo de como o problema se tem prolongado no tempo é o da planta conhecida como quebra-pedra, com substâncias eficazes no tratamento da hepatite B. Em 1985 a planta foi patenteada nos EUA e, em 1986, em toda a Europa, por uma empresa norte-americana. No entanto, a ação da planta já era conhecida na Amazônia, tanto que um laboratório brasileiro, “Farmanguinhos”, que é parte da Fundação Instituto Osvaldo Cruz (Fiocruz), elaborou um projeto no início da década de 1990 para produzir um medicamento com base no extrato da planta para o tratamento da hepatite B, mas desistiu do mesmo quando veio a saber da patente americana (Hathaway, 2004, p. 45).

Tabela nº 2 - Patentes sobre produtos das plantas amazônicas requeridas em diversos países desenvolvidos.

Fonte: (Homma, 2005)

Produto	Número Patentes	Países
Castanha-do-pará	72	USA
Andiroba	2	França, Japão, EU, USA,
Ayahuasca	1	USA (1999-2001)
Copaíba	3	França, USA, WIPO
Cunaniol	2	EU, USA
Cupuaçu	6	Japão, Inglaterra, EU
Curare	9	Inglaterra, USA
Espinheira Santa	2	Japão, EU
Jaborandi	20	Inglaterra, USA, Canadá, Irlanda, WIPO, Itália, Bulgária, Rússia, Coreia do Sul
Amapá-doce	3	Japão
Piquiá	1	Japão
Jambu	4	USA, Inglaterra, Japão, EU
Sangue de drago	7	USA, WIPO
Tipir	3	Inglaterra
Unha de gato	6	USA, Polônia
Vacina do sapo	10	WIPO, USA, EU, Japão

Nesse sentido, entende-se que a biopirataria, também facilitada pela dificuldade de controle das fronteiras amazônicas, afeta os interesses dos países da região, por se tratar, em última análise, de uma invasão dos territórios nacionais com a finalidade de se auferir



vantagens comerciais, que acabam por se concretizar em prejuízos aos interesses das comunidades locais e em última instância dos próprios países, que deixam de poder usufruir dos benefícios económicos oriundos de patentes comerciais.

Assim sendo, a título de conclusão parcial, e procurando-se responder à PD1, ou seja, qual o quadro de segurança da Amazônia, percebe-se, pela análise das principais ameaças transnacionais existentes na região, que as fronteiras do Brasil com a Colômbia e o Peru são extremamente sensíveis. Estes Estados são a origem de considerável parte das rotas mundiais de tráfico de estupefacientes, tornando os países vizinhos alvos das rotas e possivelmente da tentativa de instalação de bases para a produção, e isto tudo intimamente relacionado às atividades de guerrilha que também são bastante presentes nos referidos países, com alta possibilidade de transbordo de efeitos e consequências. Também se ressalta a biopirataria, que ocasiona a evasão do material genético e em última análise de divisas para a nação. Conforme visto, todas essas atividades aproveitam-se da permeabilidade e dificuldade de controlo proporcionada pela cobertura vegetal de floresta. Desse modo, o quadro de segurança é bastante sensível e a amazônia brasileira é uma região que deve ser alvo de permanente atenção, com o constante monitorização das ameaças e, para isso, parece imprescindível que haja a cooperação dos vizinhos.

2. O Brasil e a defesa das fronteiras na região Amazônica

A importância e o valor da Amazônia brasileira têm sido mais reconhecidos nas últimas décadas pelo país. Exemplo disso é o aumento da presença militar na área, de cerca de 6000 militares na década de 1980 a aproximadamente 27000 nos dias atuais (Mattos, 2011). Este capítulo procura estudar as diretrizes a nível nacional e as iniciativas no campo militar para aumentar a segurança das fronteiras brasileiras na região, destacando-se que a atuação mais significativa é do EB, principalmente pelo facto de que é a instituição que logra ter a presença mais efetiva na área.



Figura nº 4 - Organização e articulação do Comando Militar da Amazônia (CMA) em 1950.

Fonte: (Mattos, 2011)

a. A Estratégia Nacional de Defesa e a Amazônia Brasileira

Essa crescente importância dada à região pode ser verificada já na END brasileira, divulgada em 2008. Como o Brasil não possuía END anteriormente, afirma-se que o referido documento constituiu-se em marco histórico na evolução do pensamento de defesa do país, pois pela primeira vez o poder político tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizariam a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional (Estado-Maior do Exército, 2010, p. 21).

Nesse sentido, a END refere que “A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinómio monitoramento/controlo, mobilidade e presença. O Brasil



será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira” (Ministério da Defesa, 2008, p. 14).

O mesmo documento indica também que a preocupação com a segurança da Amazônia deve possuir um caráter mais amplo, por meio da atuação de outros setores do governo. Dessa forma, a defesa da região também teria por base o seu desenvolvimento sustentável, citando como um exemplo: “dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à regularização fundiária. Para defender a Amazônia, será preciso tirá-la da condição de insegurança jurídica e de conflito generalizado em que, por conta da falta de solução ao problema da terra, ela se encontra” (Ministério da Defesa, 2008, p. 26).

b. A atuação nacional contra as ameaças transfronteiriças

Para se abordar as atividades que vêm sendo realizadas na prática para o combate aos crimes transfronteiriços referidos no capítulo anterior, iniciar-se-á com o nível nacional para depois se chegar às Forças Armadas (FA). De qualquer forma, elas estão intimamente relacionadas, pois a pesquisa indicou que a atuação nacional fica grandemente apoiada nas ações e projetos dos Ramos.

Já numa primeira análise verifica-se que a tônica da repressão a esses crimes é a integração entre os diversos órgãos encarregados de segurança e defesa que se relacionem com o assunto, citando-se as FA, as Polícias Federal (PF), Rodoviária Federal, Civil e as Polícias Militares estaduais. No que se refere à PF, criou-se uma força-tarefa para evitar a entrada da cocaína no país. As principais ações são a mudança de rotina e o aumento de 120% do seu efetivo na fronteira (Presidência da República, 2013).

Em relação às FA, a atuação militar brasileira na região amazônica baseia-se fortemente nas fronteiras pois, conforme abordado anteriormente, é bem expressivo o tráfico de estupefacientes que vem dos países andinos para a região, aproveitando-se da permeabilidade das fronteiras com cobertura vegetal de selva e das dificuldades de fiscalização, sendo daí transportada para outros mercados ou mesmo para o mercado interno brasileiro.

Uma das medidas que merece destaque no contexto da atuação nacional contra as ameaças transfronteiriças é a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), projeto que coube ao EB. O referido sistema está em implementação e tem uma previsão aproximada de dez anos para atingir o funcionamento pleno. Engloba diversos meios para a vigilância das fronteiras, como radares, sistemas de

comunicação e veículos aéreos não tripulados (VANT). Alguns dos sensores estarão instalados sobre a linha de fronteira e interligados a sistemas de comando e controle, e também fazem parte desse sistema as unidades operacionais que têm capacidade de atuar contra as ameaças (Senado Federal, 2012c). A figura nº 5 ilustra o projeto.

Uma análise do SISFRON permite concluir que “além da vigilância da fronteira amazônica e dos consequentes benefícios naturalmente relativos àquela região, como a preservação ambiental e a proteção de comunidades indígenas, (...) e ensejará muito maior eficiência na resposta operacional aos eventuais alertas a serem proporcionados pelo sistema. Com isso, estaremos nos antecipando no atendimento das demandas por parte do governo e da sociedade no sentido de contribuir para a segurança nos centros urbanos, por meio do ganho de eficiência no apoio ao combate ao narcotráfico e ao contrabando de armas” (Estado-Maior do Exército, 2010, p. 23).

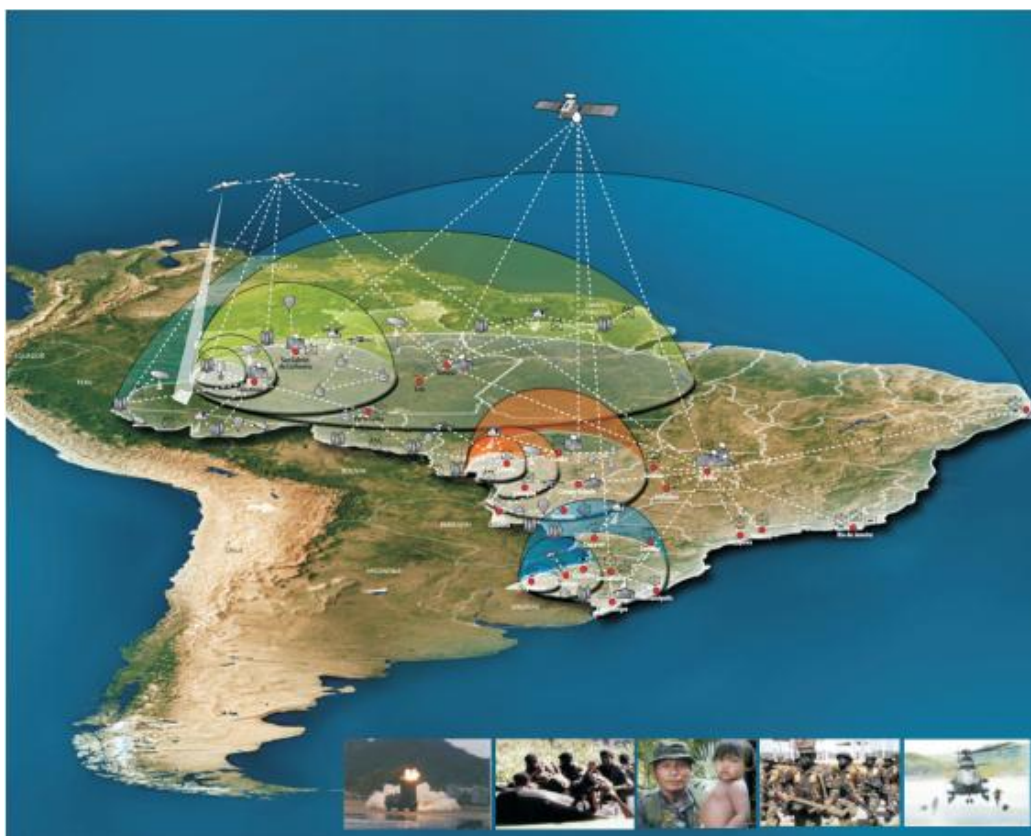


Figura nº 5 – Esquema do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 2010, p. 24)

A Força Aérea também tem papel relevante nesse sistema, pois o SISFRON estará integrado ao Sistema de Controlo do Espaço Aéreo brasileiro e ao Sistema de Vigilância da



Amazônia (SIVAM)¹¹, ambos de responsabilidade desta Força. Isto torna-se importante para permitir uma resposta dos meios aéreos em caso de necessidade, já que boa parte do tráfico de estupefacientes na região se faz por pequenas aeronaves que cruzam a fronteira e pousam em pistas clandestinas.

A Marinha também tem participação relevante no processo, tendo como tarefa principal “a manutenção da integridade da calha principal e dos afluentes navegáveis na Bacia Amazônica” (Senado Federal, 2012a). Procura ainda aperfeiçoar a capacidade de controlo de área marítima, com a finalidade de proteger os navios que se deslocam para atuar ou suportar as ações no ambiente amazônico.

Conjuntamente, os Ramos das FA e outras instituições têm realizado operações nas fronteiras do país, dentro do contexto do Plano Estratégico de Fronteiras¹², como as Operações “Ágata” e “Sentinela”. O coordenador do plano é o vice-presidente do país, e o resultado tem sido bastante expressivo pois, para se citar um exemplo, informações do Ministério da Justiça indicaram que houve um aumento de 14 vezes na apreensão de estupefacientes na comparação dos cinco primeiros meses de 2011 com igual período em 2012 (Senado Federal, 2012b).

A “Operação Ágata” é uma operação conjunta das FA, realizada nas faixas de fronteira em coordenação com outros órgãos federais e estaduais. Teve início no segundo semestre de 2011, sendo dividida em três fases: “Ágata 1” na fronteira com a Colômbia; “Ágata 2” nos limites com Uruguai, Argentina e Paraguai; e “Ágata 3” na fronteira com Peru, Bolívia e Paraguai (Senado Federal, 2012b).

Os três Ramos ficaram ainda incumbidos de prestar apoio logístico aos efetivos da PF e da Polícia Rodoviária Federal.

Alguns números da “Operação Ágata” até março de 2012 são: 45 mil Km de rios e lagos patrulhados, com apreensão ou notificação de 46 embarcações e apreensão de 332 Kg de maconha, 19,5 kg de cocaína, 63 armas, 345 mil reais e 250 mil dólares americanos em espécie, destruição de três pistas de pouso, atuação de 17.632 membros das três FA dispostos ao longo de 11.632 km de fronteira, apoio médico de embarcações da Marinha e

¹¹ Sistema já em operação que permite a monitorização por satélite e por aeronaves com sensores na região amazônica.

¹² Plano lançado em 2011 pelo Governo Federal brasileiro, na seara da END, para o combate a delitos transnacionais fronteiriços, com a previsão de atuação integrada de municípios, órgãos federais e estaduais de segurança pública, da Receita Federal do Brasil e das FA. As ações são executadas pelos Ministérios da Justiça (Operação Sentinela) e da Defesa (Operação Ágata).



de hospitais de campo do Exército e da Aeronáutica às populações locais, utilização de 100 aviões e helicópteros e dois VANT (Senado Federal, 2012b).

Já a “Operação Sentinela” é de responsabilidade do Ministério da Justiça, com emprego mais expressivo da PF, contando igualmente com o apoio logístico das FA. Também apresenta números bastante expressivos, como a apreensão de 115,3 toneladas de maconha e cocaína e 534 armas de fogo e a realização de 4,2 mil prisões em flagrante, no levantamento realizado até março de 2012.

c. Os programas, projetos e medidas específicas do EB depois da END e a priorização da Amazônia

Atendendo às diretrizes da END para a defesa nacional, e dentro desse quadro emprestando prioridade à Amazônia, o EB elaborou a EBF.

Há também que se destacar uma medida recente, de 23 de março de 2013, não diretamente relacionada à EBF mas voltada para a região, que se trata da criação do Comando Militar do Norte, que engloba os Estados do Amapá, Pará e Maranhão, ou seja, a partir da separação de parcela do CMA, que tem por finalidade aumentar a presença do Exército na região e ainda permitir que cada comando militar tenha responsabilidade sobre uma área menor, aumentando as suas eficiência e eficácia.

(1) A Estratégia Braço Forte

A EBF, emitida em maio de 2009, foi uma consequência direta da END, e procura traçar os cenários até o ano de 2030 e as necessidades do EB para atender a esses cenários. Conforme consta da figura nº 6, esta estratégia elaborada pelo EB, por sua vez, divide-se em dois planos, de articulação e equipamento, cada um com dois programas: Amazônia Protegida e Sentinela da Pátria (inseridos no plano de articulação); Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro do Futuro (inseridos no plano de equipamento), tendo cada um dos programas seus próprios projetos e ações estratégicas para curto, médio e longo prazo (2014 – 2022 – 2030). Trabalharam na referida estratégia o Estado-Maior do Exército (EME), os Órgãos de Direção Setorial da Força e os Comandos Militares de Área. Como o próprio nome indica, o PAP é totalmente voltado para a região e é o de maior interesse para este trabalho, mas há reflexos dos outros programas para a área, conforme será visto.

Nas palavras do Comandante do Exército, referindo-se à EBF, “o Exército Brasileiro apresenta, neste documento, seu planejamento para atender às determinações da Estratégia Nacional de Defesa, com o propósito de subsidiar o Ministério da Defesa na preparação do Projeto de Lei de Equipamento e de Articulação das Forças Armadas.

Expressa firme confiança na implementação das ações aqui planejadas. Trata-se de uma decisão de Estado (...)”(Peri, 2009, cit. por Freitas, 2011, p. 63).



Figura nº 6 – Ações principais e objetivos gerais dos planos da EBF.

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 2009, p. 12)

(a) O Plano de Articulação e seus programas

No que se refere ao Programa Sentinela da Pátria, do Plano de Articulação, este engloba projetos para a modernização e implantação de organizações militares nos demais Comandos Militares de Área que não o da Amazônia, e por esse motivo não será o foco deste estudo.

Assim, voltando-se mais especificamente para o PAP, este abrange três projetos principais: Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), SISFRON, já abordado anteriormente, e Reestruturação das Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf SI), este último com vistas a completar e modernizar os sistemas operacionais dessas brigadas.

Para além disso, é importante ressaltar que o PAP também se divide em duas fases, sendo a primeira voltada à implantação de 28 novos PEF e à modernização operacional e da infraestrutura dos 21 já existentes, além de seu reacompletamento em material e equipamento. Os 28 novos PEF serão distribuídos nos Estados do Amazonas (AM), Pará

(PA), Amapá (AP), Roraima (RR), Acre (AC) e Rondônia (RO), conforme se vê na figura nº 7.

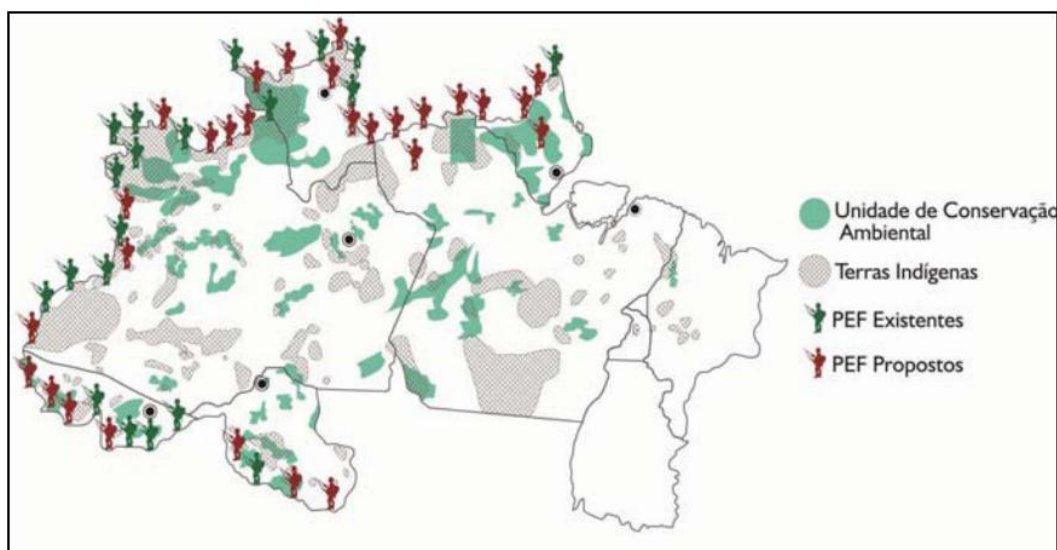


Figura nº 7 - Mapa do Programa Amazônia Protegida 1ª fase.

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 2009, p. 21)

Nessa 1ª fase ainda, o PAP assenta-se em três pilares, a segurança, o desenvolvimento e a preservação ambiental, e prevê a atuação conjunta do Exército com outras instituições federais, estaduais e municipais. Como exemplos de instituições e apoios, citam-se o Comando da Aeronáutica na construção de pistas de pouso para os pelotões e o transporte de pessoal, equipamentos e suprimentos; a Casa Civil da Presidência da República, à qual cabe a instalação de antenas parabólicas, sistemas rádio e meios de monitorização do Sistema de Proteção da Amazônia, por ela controlado; e há ainda a previsão de instalação e aperfeiçoamento do sistema de energia elétrica dos pelotões, a ser fornecido pelo Ministério de Minas e Energia, tudo com o objetivo de melhorar as condições de trabalho e consequentemente o desempenho dos militares¹³.

Conforme indica Freitas (2011, p. 66), “o PAP tem a premissa de multiplicar o poder de combate dos PEF por intermédio da tecnologia, compondo a estrutura dos mesmos com modernos sistemas de vigilância, monitoração e comando e controlo. Para tal, o controlo do tráfego e do espaço aéreo será realizado por radares de vigilância aéreos SABER M 60 e o monitoramento terrestre por meio de torres munidas de sensores optrônicos.”

¹³ As ações englobadas na 1ª fase do PAP estão em implementação e o autor não teve acesso a detalhes mais específicos.

O programa ainda leva em consideração a grande necessidade de mobilidade dos pelotões e visa a melhoria dos meios de transporte dos mesmos e ao fornecimento de novos meios, logicamente de acordo com as características físicas de suas áreas de atuação, ou seja, há pelotões em que o transporte por meio terrestre é viável, enquanto que em outros só pode ser realizado por embarcações.

Já na segunda fase do PAP, há que se destacar duas ações estratégicas de vulto: a adequação da infraestrutura e a modernização das organizações militares não atendidas na primeira fase e a reestruturação do CMA. Com relação a essa reestruturação, há o planejamento da implantação de diversas organizações militares escalão unidade e subunidade em todas as Bda Inf SI¹⁴, além da implantação de outras Bda Inf SI, em Manaus-AM, Belém-PA e Rio Branco-AC e de um Comando de Aviação do Exército em Manaus, dentre outras medidas.



Figura nº 8 – Mapa da criação de novas Bda Inf SI no CMA.

Fonte: (Estado-Maior do Exército, 2009)

(b) O Plano de Equipamento e seus programas

Conforme já abordado, o Plano de Equipamento engloba os Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro que, mesmo não sendo direcionados diretamente para

¹⁴ 1ª, 2ª, 16ª, 17ª e 23ª Brigadas, sediadas nas cidades de Boa vista- RR, São Gabriel da Cachoeira- AM, Tefé- AM, Porto Velho- RO e Marabá- PA, respetivamente.



a região Amazônica, acabam por ter reflexos na mesma, como por exemplo com relação ao primeiro programa, que visa dotar as Organizações Militares do EB com os Materiais de Emprego Militar (MEM) de que necessitam, com a finalidade de aumentar a operacionalidade das unidades de maneira geral e, no que se refere àquelas localizadas na região amazônica, permitirá atuação mais efetiva nas fronteiras.

Já o Programa Combatente Brasileiro está voltado para o desenvolvimento e aquisição de novos MEM, através de projetos que privilegiem, principalmente, o desenvolvimento científico e tecnológico com parcerias com a indústria nacional. Citam-se algumas áreas em que se desenvolvem projetos, tais como equipamento de visão noturna, sistema de mísseis antiaéreos, armas anticarro e VANT, estes com utilização prevista no SISFRON e que possibilitarão melhor vigilância nas fronteiras.

d. As estratégias da presença e dissuasão no contexto da segurança da Amazônia brasileira

As medidas abordadas neste capítulo têm seu foco na inibição dos crimes transfronteiriços por meio das estratégias da presença e da dissuasão. A primeira fica bastante evidente pois já a partida planeia-se o aumento de mais 28 PEF, conforme já abordado, entre outras medidas. O EME (2010, p. 26), neste contexto, indica: “em relação ao território nacional, prosseguir com a Estratégia da Presença, por se tratar de vetor fundamental de apoio ao Estado Brasileiro na tarefa histórica de ocupar, integrar, proteger e desenvolver o território brasileiro. Temos consciência de que o Exército, além de ser com frequência a única presença do Estado em áreas remotas, é uma importante ferramenta de suporte aos demais setores da sociedade. Ademais, a Presença nos proporciona a identificação com as populações locais, influenciando sobre a vontade nacional e ajudando a formar o sentimento nacional de relevância do Estado brasileiro, tão importante para o êxito de qualquer estratégia de defesa...”.

Para ilustrar a estratégia da dissuasão, pode ser utilizada a pesquisa realizada na dissertação de mestrado de Freitas (2011). A referida pesquisa, elaborada através de questionário enviado aos Comandos Militares de Área do EB, a determinadas Divisões de Exército e a Brigadas na área de fronteira, indicou que os fatores que mais contribuem para a dissuasão na Amazônia, segundo sua importância¹⁵, são: desenvolvimento da capacidade de monitorização e controlo do território, particularmente nas fronteiras (89,2%); a mobilidade estratégica do EB e o aumento de sua capacidade logística na região (78,5%); o

¹⁵ As percentagens indicam a relação entre o número de vezes em que o factor foi citado e o número total de respostas.



desenvolvimento da indústria nacional de material de defesa, o desenvolvimento de tecnologias de MEM e a necessidade de se promover o desenvolvimento da região Amazônica (75%); o desenvolvimento do potencial de mobilização nacional (71,4%); a realização de operações militares e a consciencialização da população da importância do tema defesa nacional (67,8%); a consciencialização dos dirigentes políticos da importância do tema defesa (60,7%); estimular a integração entre os Exércitos dos países que compõem a Amazônia e a manutenção do serviço militar obrigatório (46,4%) e, por último, o aumento da participação do EB em Operações de Manutenção de Paz (32,1%) (Freitas, 2011, pp. 149-150).

Para além disso, também destacou que os demais programas da EBF, mesmo que não especificamente voltados para a Amazônia, também contribuem para a referida estratégia. No caso dos Programas Mobilidade Estratégica e Combatente Brasileiro, a pesquisa indicou que contribuem para o aperfeiçoamento da Estratégia da Dissuasão pois o fornecimento dos MEM às Organizações Militares e o desenvolvimento de tecnologias avançadas de defesa aumentarão a operacionalidade e o poder de combate das Unidades do EB (Freitas, 2011, p. 150).

Assim, a título de conclusão parcial e no sentido de se responder à PD2, ou seja, quais as principais medidas implementadas pelo Brasil para a proteção da região Amazônica, verificou-se que o Governo Brasileiro tem elaborado uma estratégia para a melhor proteção das fronteiras amazônicas contra os delitos transfronteiriços, o que tem exigido um empenho cada vez maior dos órgãos governamentais, pois conforme já se observou os problemas atingem um nível global e trazem em seu contexto a possibilidade de um agravamento ainda maior, na medida em que podem transpor as fronteiras, trazendo consequências que podem se tornar mais graves à segurança regional. Concretamente surgem o Plano Estratégico de Fronteiras e as operações que dele decorrem, para citar alguns exemplos. Para além disso e conforme anteriormente abordado, o Brasil tem buscado integrar as políticas do governo voltadas para esses temas com a vertente militar, na tentativa de realizar uma conjugação de esforços que por certo é fundamental para o combate aos delitos, e as FA, com destaque para o EB, têm projetos e programas para a região, conforme abordado, que se encontram em implementação.



3. A Colômbia e o Peru e a defesa da Amazônia

Na falta de maior aprofundamento na temática da segurança e da defesa de forma multilateral pelos países amazônicos, apesar de se tratar de uma região vital no subcontinente e do maior interesse para os países abrangidos, seja em virtude dos recursos naturais, seja em virtude das ameaças existentes, procura-se no trabalho a verificação de indicadores ao nível das políticas de segurança e defesa que permitam perceber a viabilidade de uma segurança cooperativa para a Região Amazônica. Neste ponto é importante abordar também o que a pesquisa indicou em termos de iniciativas bilaterais e multilaterais voltadas para o tema que já existam ou estejam planejadas, pois também se relacionam com os indicadores. Conforme já referido anteriormente, o principal enfoque será dado nas fronteiras amazônicas, altamente sensíveis e permeáveis.

Assim, importa ressaltar que há iniciativas entre a Colômbia e o Peru para se incrementar a segurança das fronteiras comuns, como as reuniões bilaterais de defesa. A primeira reunião ocorreu no ano de 2002, com a participação dos ministros de defesa dos dois países, resultando num acordo para combater o trânsito de aeronaves presumidamente envolvidas no tráfico de estupefacientes e para combater as atividades ilícitas nos rios fronteiriços comuns (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2013). Esse acordo demonstrou avanços no tema, ao destacar a necessidade de intercâmbio de informações e mesmo de experiência na luta contra os delitos e transgressões fronteiriças, a capacitação técnica e operacional especializada, a realização de operações simultâneas e/ou coordenadas e de reuniões com autoridades civis e habitantes da zona de fronteira visando a cooperação em informações (Grupo Bilateral de Trabalho de Defesa, 2002, pp. 2-5).

Como resultado também dessa reunião citam-se alguns pontos acordados como um mecanismo permanente de consultas a nível ministerial sobre o tema segurança, a manutenção do grupo de trabalho bilateral de defesa (presidido pelos ministros da defesa) criado naquela oportunidade e a coordenação da presença das FA dos dois países na fronteira.

O acórdão da reunião indicou ainda que já existiam reuniões de conversações de altos comandos militares, reuniões bilaterais de informações, cooperação na área das informações e o intercâmbio de oficiais de ligação entre os dois países, e que tais medidas deveriam ser mantidas (Grupo Bilateral de Trabalho de Defesa, 2002, p. 6).

Observa-se assim que o assunto segurança está na agenda do dia dos países analisados, restando-se saber se esses Estados, defrontados com as ameaças internas e



externas referidas anteriormente, tem dado maior prioridade à defesa de suas fronteiras, já que parece lícito supor que a gravidade do problema que existe no coração da selva faça com que a segurança dessas fronteiras (excluindo-se as fronteiras comuns entre Peru e Colômbia, pois ambos têm consciência da ameaça interna do vizinho, e excluindo-se também as fronteiras com os países em que os governos peruano e colombiano tem alguma divergência, conforme será abordado posteriormente) acabe por se tornar um problema secundário.

Reforçando essa opinião, Tickner (2007, p. 3) indica a tensão existente nos países andinos surgida por seus problemas domésticos, incluindo o debilitamento institucional e a ingovernabilidade, a instabilidade política e econômica e os níveis consideráveis de violência e insegurança. Outro problema também ressaltado pela autora é a conduta de relações políticas por mecanismos personalistas em maior ou menor grau nos referidos países, trazendo repercussões negativas nas relações sub-regionais e dificuldade de integração, além de altos graus de fragmentação e desconfiança mútua. Há assim um contraste com os demais países sul-americanos, que já começam a entender a necessidade de procura de cooperação para a segurança, ao passo em que nos Andes “parece existir uma comunidade de insegurança”.

a. Colômbia

No estudo específico da abordagem colombiana para a segurança e defesa de suas fronteiras, é interessante ressaltar a sua *Política de Defensa y Seguridad Democrática*, datada de 2003. Conforme destacado por Filho (2011, p. 172), o governo de Álvaro Uribe indicou nesse documento que houve a conscientização de que as FA e as forças de segurança do país não tinham condições de vencerem os grupos armados sem o apoio de toda a sociedade. Este documento foi, assim, considerado uma “política integral de Estado” e teve o reforço e a garantia em todo o território do Estado de Direito como objetivo geral. Para além disso, definiu as ameaças ao país: “tráfico de armas, munições e explosivos, terrorismo, drogas e finanças ilícitas, sequestro, extorsão e homicídio” (Filho, 2011, p. 172). Outro importante ponto que aborda é que “a natureza das ameaças que afligem a Nação, em particular o terrorismo e o negócio das drogas ilícitas, levou a que no caso colombiano, igualmente a muitos outros países que hoje enfrentam este tipo de ameaças, se confundam as fronteiras entre a segurança interna e a defesa nacional” (Presidência da República da Colômbia, 2003, p. 20). Outros documentos se seguiram, culminando com o lançamento, em 2011, da *Política Integral de Seguridad y Defensa para la Prosperidad*,

que trata também da necessidade de dissuasão externa e, segundo Filho (2011, p. 173), a introdução desse conceito deve-se grandemente à postura dos então presidentes do Equador e da Venezuela que, em virtude de determinados acontecimentos, tinham deslocado tropas para a fronteira com a Colômbia.

É curioso observar os objetivos do primeiro documento referido, indicados na figura nº 9, que denotam o grande foco no combate aos grupos armados ilegais e ao narcotráfico, presentes nos dois primeiros objetivos, sendo que o quarto objetivo se aproxima disto, ao destacar a necessidade de enfrentar o delito e o crime, e os outros dois objetivos é que remetem à defesa, segurança e soberania nacional.

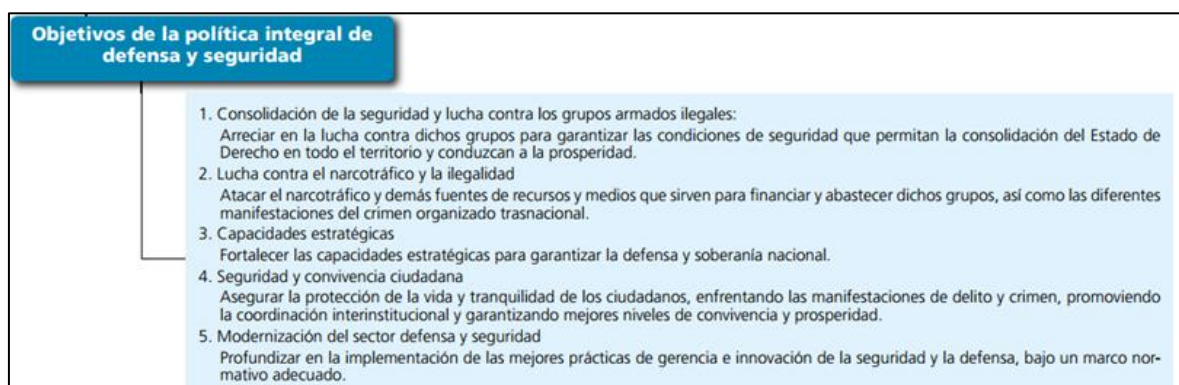


Figura nº 9 - Objetivos da Política de Defesa e Segurança Democrática.

Fonte: (Presidência da República da Colômbia, 2003)

No mesmo sentido, o Guia de Planeamento Estratégico de 2010 dá também grande ênfase ao combate ao narcotráfico, que é elencado como um objetivo estratégico, assim como a necessidade de se fortalecer o Estado Social de Direito, dentre outros objetivos, conforme se vê na tabela nº 3.

Tabela nº 3 - Objetivos Estratégicos da Política de Consolidação da Segurança Democrática.

Fonte: (Comando General de Las Fuerzas Militares, 2008, p. 30)

★	Consolidar el control territorial y fortalecer el Estado Social de Derecho en todo el territorio nacional.
★	Proteger a la población, manteniendo la iniciativa estratégica en contra de todas las amenazas a la seguridad de los ciudadanos.
★	Elevar drásticamente los costos de desarrollar la actividad del narcotráfico en Colombia.
★	Mantener una fuerza pública legítima, moderna y eficaz, que cuente con la confianza y el apoyo de la población.
★	Mantener la tendencia decreciente de todos los indicadores de criminalidad en los centros urbanos del país.

Não se quer dizer que não há atenção para as fronteiras, o que acontece com qualquer país para a manutenção de sua soberania e também se observa na Colômbia, pois outro objetivo estratégico que se vê na referida figura é o controle territorial, além de mais à frente o mesmo documento abordar a preocupação com o controle efetivo das fronteiras terrestres, marítimas, fluviais e aéreas, o que se observa é que é uma constante para o país a abordagem da sua principal ameaça interna, que acaba por ter importância capital nas políticas e estratégias de defesa.

Para reforçar essas observações ressaltam-se os apontamentos feitos pelo Major de Infantaria Fabiano Augusto Cunha da Silva¹⁶, em resposta a contacto via internet. O oficial indicou que, no que diz respeito à Amazônia colombiana, esta parecia ser uma das últimas prioridades do país, pois as Forças Militares colombianas estão a combater os Grupos Armados a Margem da Lei (GAML) desde a década de 1960. Devido a esse grave problema interno, os militares estão imersos em táticas de combate aos GAML e parecem ainda desconhecer a importância da Amazônia. O oficial referiu também, no entanto, que a cooperação em matéria de informações tem melhorado bastante (Silva, 2012).

Filho (2011, p. 175) também corrobora o argumento ao afirmar que “seu caráter, ainda eminentemente interno; a natureza das ameaças; o emprego regular e conjunto da Polícia Nacional e das Forças Armadas; e sua doutrina de emprego militar, centrada em

¹⁶ Oficial que realizou no ano de 2012 o Curso de Estado-Maior na Escola Superior de Guerra da Colômbia e a Especialização em Segurança e Defesa pela mesma Escola, e atualmente permanece como adjunto militar no país.



operações de contraguerrilha, tornam a Política de Defesa colombiana singular na região, desde sua gênese”.

Essas peculiaridades da Colômbia devem impreterivelmente ser levadas em consideração quando da abordagem brasileira à defesa de suas fronteiras amazônicas com o referido país, que tem sua agenda do dia voltada para graves problemas internos e sem descurar algumas tensões nas fronteiras com outros países.

b. Peru

Antes de se raciocinar com a abordagem peruana sobre o tema, há que ter em consideração que o país apresenta considerável crise de governação, gerada pela grande quantidade de conflitos sociais sem solução, que criam confrontos e violência, englobando cocaleiros, mineiros, movimentos sindicais, etc (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2009, p. 135).

No campo externo, deve-se ressaltar algumas dificuldades no relacionamento com o Chile, agravadas desde que o Peru apresentou ao Tribunal Internacional de Justiça em Haia uma contestação com relação ao diferendo relativo à fronteira marítima, que segundo o Peru não está definida. Outro motivo para estarem mais tensas é o reequipamento das FA chilenas, que trazem um desequilíbrio para a região. Exemplo concreto da tensão entre os dois países foi a declaração do comandante geral do exército chileno, em 2008: “chileno que entrar no Peru sairá num caixão e se esses não fossem suficientes sairão em bolsas de plástico” (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2009, p. 143).

Em relação à segurança regional, cabe ressaltar que “o que define a posição do Peru com relação a segurança regional é seu alinhamento com os EUA” e, também, que o mesmo “não tem sido precisamente um país defensor do Conselho de Defesa Sul-americano levantado pelo Brasil, declarando que considerava interessante mas que não era o melhor momento para colocar em prática” (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2009, p. 145). No mesmo documento consta que “o Peru tem uma boa relação com o Brasil e é considerado um aliado estratégico, e firmou um acordo com o dito país para incorporar-se ao Sistema de Vigilância da Amazônia” (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2009, p. 145).

Todos esses argumentos talvez indiquem que a melhor saída para o Brasil é realmente tentar encontrar soluções para o aprimoramento da segurança nas fronteiras por meio de parcerias bilaterais, pois é fácil chegar-se à percepção de que os recursos humanos e materiais nunca serão suficientes para a segurança ideal da fronteira, pelas próprias

características do ambiente, e neste caso o que se pode fazer para atender minimamente a demanda é procurar um complemento dos esforços com os países vizinhos.

Filho (2011, p. 191), destaca o *Libro Blanco de la Defensa Nacional* do referido país, lançado em 2005, que no Capítulo I destaca as “novas ameaças” como os mais relevantes riscos ao Estado e à sociedade.

É interessante destacar que já no próprio Livro Branco de Defesa do País e também no Capítulo I é abordado o problema da delimitação do mar territorial com o Chile. O Peru também coloca seus argumentos nessa parte do livro, indicando que ocorreram tentativas de solução da pendência em 1986, 2000 e a última em 2004, em que foi enviado documento ao Ministério das Relações Exteriores do Chile a propor uma reunião bilateral para iniciar negociações com o intuito de resolver a controvérsia. Ainda no mesmo documento consta a resposta chilena, de que a delimitação marítima havia sido resolvida por meio de convênio entre os dois países, e o Governo do Peru destaca que não houve convênio nenhum. Observa-se, assim, que esse problema latente desperta bastante interesse e atenção por parte da referida Nação.

O mesmo capítulo ressalta o interesse peruano no SIVAM, não apenas pela importância para o desenvolvimento da Amazônia peruana e de outras regiões do país, mas pela possibilidade de incremento na segurança e vigilância contra desastres naturais e delitos (Ministério da Defesa do Peru, 2005, p. 35).



Figura nº 10 - Bases geoestratégicas - Política de Segurança e Defesa Nacional do Peru.

Fonte: (Ministério da Defesa do Peru, 2005)



Já o capítulo III do Livro aborda a “*Política de Estado para la Seguridad y la Defensa Nacional*” e traz alguns fundamentos, como a busca do caráter defensivo-dissuasivo, o enfrentamento de ameaças por meio de políticas de coordenação e cooperação mútuas e as ações combinadas e custeadas por todos para enfrentar ameaças e riscos ao Peru ou a um ou mais Estados vizinhos (Ministério da Defesa do Peru, 2005, pp. 61-62). Para Filho (2011, p. 191), principalmente o último fundamento deve-se às peculiares relações do país com o Chile e a Bolívia.

Merece especial destaque para esse trabalho quando no capítulo em questão o Peru trata de ameaças externas e internas, já que o narcotráfico aparece classificado nas duas abordagens, situação esta que será melhor analisada no próximo capítulo.

Outro ponto que merece destaque no referido capítulo do Livro Branco peruano é que como um dos objetivos do Estado para a Defesa Nacional surge a “proteção e promoção dos interesses nacionais no âmbito internacional”, e uma das políticas do Estado para a Defesa Nacional que conduzirão a este objetivo surge “contribuir para a criação de um sistema de segurança sul-americano” (Ministério da Defesa do Peru, 2005, p. 66). Assim, à partida o país teria interesse numa cooperação bilateral ou multilateral para a segurança e defesa.

Para além disso, o Capítulo VII do Livro (*Proyección Internacional de las Fuerzas Armadas*), ao abordar ameaças à segurança continental e regional, traz uma aposta na implementação do Plano Andino de Cooperação para a Luta contra o terrorismo (Ministério da Defesa do Peru, 2005, p. 116). Assim, se por um lado isso indica uma predisposição à busca da segurança cooperativa, por outro lado indica que é de capital importância para o país o combate a sua principal ameaça interna.

(1) A Amazônia peruana

Um ponto de cooperação entre o Brasil e o Peru que já se destaca à partida é o intercâmbio de instrutores e alunos para o curso de operações na selva, proporcionando troca de experiências e informações, além de aprimorar as relações bilaterais.

Deve-se destacar também os apontamentos feitos pelo Major de Artilharia Márcio Faccin de Alencar¹⁷, após contacto via internet. O oficial abordou na resposta a Estratégia Integral Multissetorial, que a referida Nação atualmente adota, a qual é estruturada em quatro eixos: luta contra a pobreza, luta contra o terrorismo, luta contra a desigualdade e luta contra o tráfico ilícito de drogas. Para concretizar esta estratégia o governo conta com

¹⁷ Oficial que realizou no ano de 2012 o Curso de Estado-Maior Conjunto no Peru.



o apoio de organizações não-governamentais, apoio internacional, apoio dos meios de comunicação e de empresas privadas (Faccin, 2012).

Já o Major de Artilharia Ricardo Facó de Albuquerque¹⁸, em apontamentos feitos após contacto via internet, destacou que diferentemente do EB, o Exército peruano não tem poder de polícia para atuar na fronteira. Referiu, ainda, que o atual presidente do Peru é um ex Tenente-Coronel do Exército, o que dá esperança de que essa necessidade seja atendida (Albuquerque, 2012).

(2) A cooperação entre o Brasil e o Peru

A pesquisa documental realizada com o intuito de se analisar a atual situação da cooperação entre o Brasil e o Peru para a segurança da fronteira comum, feita com grande colaboração do Sr Adido Militar e de Defesa do Brasil no Peru, Coronel Davi Agnelo de Araujo, indicou que à partida as ações concretas ainda estão num patamar muito inicial, resumindo-se basicamente à partilha de informações e ao envio de observadores em algumas operações conjuntas, nomeadamente a Operação Ágata (Araújo, 2013).

Nesse ponto destaca-se o Plano de Ação para a Segurança Fronteiriça entre os Ministérios da Defesa e do Interior do Peru e os Ministérios da Defesa, Justiça e Integração Nacional do Brasil, datado de 13 de maio de 2011, que engloba várias ações para melhorar a cooperação na fronteira. Antes de se passar à análise do teor do documento, faz-se importante ressaltar que o referido plano é apenas um projeto, as medidas ainda não foram implementadas. Pode-se, sim, dizer que há avanços na partilha de informações e há a participação de observadores estrangeiros nas operações conjuntas (Araújo, 2013).

Dessa forma, o referido plano começa por abordar a necessidade de se estabelecerem mecanismos de cooperação e coordenação na “luta contra o crime, a delinquência organizada transnacional e o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas” (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, p. 2).

Para além disso, o documento destaca também a necessidade de que o Plano e as ações decorrentes respeitem a soberania dos países, sujeitando-se aos “princípios da igualdade soberana dos Estados, da integridade e inviolabilidade territorial e da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.” (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, p. 2).

No que se refere à temática do presente trabalho, destacam-se os seguintes pontos do Plano de Ação em pauta:

¹⁸ Oficial de Informações da 16ª Bda Inf SI nos anos de 2011 e 2012, brigada que é responsável por mais de 1500 Km de fronteira com o Peru.



(a) Tráfico ilícito de drogas

O documento destaca a necessidade de se manter o fluxo de informações para fortalecer a luta contra indivíduos ou organizações voltadas ao tráfico de estupefacientes e lavagem de dinheiro, para a posterior captura e julgamento; determinar as zonas de cultivo da folha de cocaína, rotas do tráfico de drogas e de precursores químicos; e realizar operações conjuntas e combinadas (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, p. 2).

(b) Controle fronteiriço

O Plano de Ação também destaca a necessidade de partilha de informação básica em tempo real, para que as autoridades identifiquem pessoas que estejam com mandados judiciais e intentem cruzar a fronteira (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, pp. 4-5). Já aqui entende-se que essa medida parece não ser suficiente, o que será melhor abordado no próximo capítulo.

(c) Tecnologias para a segurança fronteiriça

Outro ponto a se ressaltar do Plano é que o mesmo identifica a necessidade de desenvolvimento de tecnologias que fortaleçam a comunicação entre as FA dos dois países para melhorar as atividades de segurança fronteiriça (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, p. 5).

Para além disso, ressalta-se uma iniciativa que, a par de não ser suficiente por si só para resolver o problema, parece ter potencial para aumentar a segurança nas fronteiras em questão, ou seja a realização de programas de atenção às necessidades básicas da população fronteiriça, articulados com entidades e organizações tanto estatais quanto privadas de ambos os países, principalmente quando afetadas por emergências e/ou desastres naturais (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, p. 6). Tal iniciativa, se realmente implementada, inibirá de certa forma a população da região a cometer os delitos em questão para atender às suas demandas.

Como ações concretas constantes do documento, citam-se a execução de operações binacionais, a designação de oficiais de ligação entre os organismos de informações de ambos os países, a implementação integral do SIVAM e o fortalecimento das ações de apoio à população, já anteriormente referidas, porém novamente se destaca que o Plano ainda não foi implementado.



c. A Reunião tripartite entre o Brasil, o Peru e a Colômbia

A par de numa primeira análise verificar-se que há longo caminho a percorrer para se chegar a uma cooperação mais efetiva para a segurança das fronteiras, observa-se também que há avanços na área, nomeadamente a Reunião Tripartite entre as FA do Brasil, do Peru e da Colômbia, realizada em Manaus-AM, Brasil, em 29 e 30 de maio de 2012. Na referida reunião foram abordados pela delegação brasileira os programas para a região e destacada a necessidade de cooperação e compromisso para proteger a fronteira comum (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2012, pp. 3-5).

A delegação peruana destacou a necessidade de operações militares para enfrentar as ameaças comuns, como exemplos o terrorismo, o tráfico de drogas e de armas, o contrabando, o garimpo ilegal e a exploração ilegal de madeira. Abordou também a necessidade de intercâmbio de informações, o assessoramento sobre normas legais, além de solicitar apoio e suporte tecnológicos referentes ao SIVAM do Brasil (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2012, pp. 5-6).

Por fim, a delegação colombiana destacou os novos desafios operacionais que a Colômbia enfrenta, onde a narcoguerrilha alcança uma amplitude operacional na área do Caribe, propôs o fortalecimento dos batalhões na área da tríplice fronteira e a criação do que chamou de um Centro Integrado de Intercâmbio de Informação Regional (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2012, p. 6).

Já como acordos, constaram da Ata a promoção de uma reunião entre os Chefes de Estado-Maior das três Forças Aéreas, a sistematização de ações de comando e controlo na área da tríplice fronteira, a definição de acordos na área de manutenção de material militar e a realização de nova reunião no Peru, no primeiro trimestre de 2013.

A título de conclusão parcial, e com o intuito de se tentar responder à PD3, ou seja se a Colômbia e o Peru apresentam indicadores, ao nível das políticas de segurança e defesa, que permitam perceber a viabilidade de uma segurança cooperativa para a Região Amazônica, a pesquisa realizada indicou que estes se verificam em maior grau no que se refere ao Peru, pois o Livro Branco de Defesa Nacional deste país já traz propostas de cooperação em termos de segurança em diversos pontos, conforme já abordado, e outro exemplo vem da Estratégia Integral Multissetorial, que também refere ao apoio internacional, mas pode-se inferir de qualquer forma sobre a viabilidade da cooperação, pois os dois países já procuram aproximações entre si e com o Brasil para desenvolver o tema. Além disso, já houve a implementação de medidas de cooperação na fronteira entre a



Colômbia e o Peru, desde o ano de 2002, e verifica-se também que existe o planejamento de uma cooperação para a segurança das fronteiras entre o Brasil e o Peru desde 2011, que no entanto ainda não foi colocada em prática. Para além disso, verifica-se que em meados de 2012 houve avanços nas discussões entre os três países no referido tema e que existe a cooperação especialmente em informações e ligações. Um ponto que a pesquisa revelou é que o foco destes países parece estar grandemente voltado para as ameaças internas, ou seja, para além da existência de indicadores, há que se tentar entender as suas prioridades. As ameaças internas que sofrem as duas nações parecem influenciar fortemente seu planejamento em segurança e defesa, fazendo com que a prioridade talvez não esteja voltada para as fronteiras com o Brasil, que precisa necessariamente levar isso em consideração na elaboração de sua estratégia para a segurança das mesmas.

4. A Segurança Cooperativa na Amazônia brasileira

a. Análise de contexto

Assim, após já se ter verificado que o valor dado pelo Brasil à região amazônica tem aumentado exponencialmente, e que há projetos de curto, médio e longo prazo para aumentar a presença e a dissuasão na área, e depois de se ter procurado informações no último capítulo sobre políticas de segurança e defesa da Colômbia e do Peru que possam viabilizar uma segurança cooperativa para a região, bem como sobre o enfoque dado pelos dois países à segurança de suas fronteiras amazônicas, cabe neste momento desenvolver com base no que se verificou algumas ideias no sentido de se visualizar medidas para potencializar uma segurança cooperativa para a área.



Figura nº 11 - Mapa Político da América do Sul.

Fonte: (Anon., 2013a)

Já a partida, e de todos os documentos lidos ao longo das pesquisas para este trabalho, merece especial atenção o facto de se verificar que para a Colômbia as FARC e o narcotráfico (e na verdade atualmente há dificuldades na distinção entre as duas ameaças, pois estão intimamente ligadas, conforme inclusive traz o *World Drug Report* já abordado) são claramente uma ameaça interna ao país, que aliás obriga a um constante esforço de



alocação de meios e efetivos para o seu combate. Para além disso, é lícito supor que o país também considere a ameaça externa do narcotráfico, por sua própria experiência de décadas com o problema, normalmente transfronteiriço e que pode ser verificado pelas já referidas conversações sobre um Plano Andino de Cooperação para a Luta contra o Terrorismo, constante no Livro Branco de Defesa Nacional peruano (Ministério da Defesa do Peru, 2005, p. 116) e que indica que os países andinos almejam cooperar no tema. Logicamente essa ameaça estaria mais latente na fronteira da Colômbia com o Peru, país que também é grande produtor de estupefacientes e também tem problemas internos com os GAML (a maior ameaça à Colômbia seria talvez algum trânsito de grupos do *Sendero Luminoso* pela fronteira ou instalação de bases e aumento da já elevada produção de coca dentro do país). Corrobora inclusive com a conclusão de que há esforços para a segurança dessa fronteira entre os dois países o fato de que, conforme abordado, há reuniões entre os Ministros da Defesa dos dois países desde 2002 com diversos pontos acordados e medidas para reforçar esta segurança (Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2013), culminando na realização do acordo para patrulhamento dos rios fronteiriços comuns em vigor no mesmo ano. Para além disso, qualquer Estado que tenha fronteiras com outro com o qual teve divergências recentes ou as tem de forma latente, conforme ocorre com as fronteiras colombianas com o Equador e a Venezuela (países com os quais inclusive rompeu recentemente relações diplomáticas), muito provavelmente também conferirá a essa fronteira maior importância. Não cabe aqui fazer ilações para se tentar definir uma possível ordem de prioridade de importância entre essas fronteiras colombianas, ou seja, se as fronteiras com o outro país grande exportador de psicotrópicos devem ter maior importância ou são aquelas com países com os quais existe alguma divergência, mesmo porque esta classificação não é o foco deste trabalho, mas entende-se cabível concluir que as fronteiras com o Brasil devam receber, neste contexto, a menor prioridade para a defesa. Com base nisso é importante ressaltar que o Brasil necessita ter em consideração estes factos ao elaborar qualquer acordo de cooperação, pois a ameaça interna colombiana é clara e, no que se refere à ameaça externa, a prioridade parece que necessariamente será a fronteira que possui com o outro país andino exportador de estupefacientes ou as suas fronteiras mais sensíveis, que a princípio não seriam com base na pesquisa as comungadas com o Brasil.

A bem da verdade, pode-se fazer, ainda, raciocínio semelhante no caso do Peru, pois na documentação analisada e também já referida, mais especificamente no capítulo III



do Livro Branco de Defesa Nacional (Ministério da Defesa do Peru, 2005, pp. 61-62), o país trata de ameaças externas e internas e o narcotráfico aparece já de maneira mais específica tanto como ameaça externa quanto como interna.

Nesse sentido, seria lícito supor que, pelo facto de o país ser também grande exportador de estupefacientes, a ameaça externa do narcotráfico surgiria nas fronteiras com a Colômbia e a Bolívia, nações que também são grandes produtoras, conforme já visto (também talvez por algum trânsito de grupos das FARC no caso da Colômbia ou instalação de novas bases e áreas de plantio de coca), e a ameaça interna seria o narcotráfico peruano, que também como já visto, é fonte de renda para o *Sendero Luminoso*, fortalecendo o grupo e aumentando sua capacidade de realizar ações ofensivas. Para além disso, as demais fronteiras peruanas parecem também ser mais sensíveis, nomeadamente as fronteiras peruanas com o Equador e o Chile¹⁹, e muito provavelmente a Nação de maneira similar também emprestará a elas maior importância.

Mais uma vez, entende-se cabível concluir que as fronteiras peruanas com o Brasil também recebam menor prioridade para a defesa mas, por outro lado, parece que há um pouco mais de adiantamento na cooperação bilateral entre os dois Estados, pelo acordo referido no capítulo anterior, parecendo que o Peru está também conseguindo envidar algum esforço na sua fronteira leste, a par das outras demandas.

Procurando-se dar maior desenvolvimento à questão, entende-se assim que o Brasil precisa de imprescindivelmente ter em consideração todos esses fatores na elaboração de qualquer projeto de cooperação na segurança das fronteiras com os dois Estados referidos, pois também pode-se inferir que há a possibilidade de que uma escalada da crise em algum desses países andinos poderia obrigar suas FA a realocar efetivos e meios da fronteira com o Brasil (em consonância com o que foi abordado anteriormente, ou seja, tem menor prioridade) para o interior para o combate à ameaça, o que poderia prejudicar alguma cooperação estabelecida previamente em virtude desse motivo de força maior. Isso, logicamente, acaba por ser um argumento inferido e somente possível de ser comprovado na ocorrência de um caso concreto, e dependente inclusive de cada caso concreto, ou seja, a gravidade do mesmo exigiria uma resposta mais ou menos musculada por parte do seu Governo e FA, já que numa situação mais simples as unidades militares da área poderiam atuar na repressão e controlar a situação, enquanto numa mais complexa, e como uma análise de risco para o bom andamento da cooperação, outras unidades, e mesmo as

¹⁹ Peru e Equador envolveram-se em conflito na região do Cenepa no ano de 1995, em virtude de divergências na demarcação da fronteira, e Peru e Chile têm a divergência histórica já abordada.



dedicadas à segurança das fronteiras, poderiam ter que reforçar as diretamente envolvidas. Não se trata aqui de colocar obstáculos à cooperação entre os países para a segurança das fronteiras comuns, pelo contrário, ela deve ser incentivada ao máximo para que haja flexibilidade para que os países possam atender a situações similares à dada como exemplo, trazendo também ao Brasil a importância de ter em conta essas possibilidades e elaborar planejamentos que possam fazer frente às evoluções da situação, ou seja, ter flexibilidade e tropas treinadas para um reforço no seu lado da fronteira, seja pelo próprio aumento da tensão que já exigiria essa medida, seja pelo risco da quebra de continuidade de uma cooperação previamente estabelecida.

b. Possibilidades de evolução

Os apontamentos que serão aqui feitos de forma alguma têm por objetivo esgotar o assunto, mesmo porque entende-se que este deve ser tema de constante análise por parte dos envolvidos, tanto no que se refere às situações atuais dos países, principalmente no que se refere às ameaças, quanto à situação das fronteiras e das medidas já implementadas, de forma unilateral pelos Estados ou de forma cooperativa, tudo com a finalidade de se tentar elaborar um panorama global e contínuo do ambiente operacional, permitindo que, se houver necessidade de atuação para melhoria do processo, esta possa ser realizada de forma preventiva.

Um ponto que se destaca inicialmente é que alguns documentos abordados e propostas dos países em reuniões realizadas anteriormente, como as conclusões oriundas da Reunião Tripartite (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2012), abordam a necessidade de realização de operações conjuntas e combinadas para aumentar a segurança das fronteiras. Quanto a isso pensa-se não haver dúvida, chegando a ser mesmo imprescindível, logrando contribuir simultaneamente nas estratégias da presença e da dissuasão, porém parece haver a necessidade de se atribuir um caráter um pouco mais permanente a essa iniciativa, não se querendo dizer permanente na aceção da palavra, mas constante e inopinado, para que não haja o risco de que os ilícitos sejam interrompidos pelos criminosos apenas no decorrer das operações de grande envergadura, como a “Operação Ágata”, já abordada. Um exemplo seria o patrulhamento de rios fronteiriços, e a figura nº 12 demonstra que grande parte da fronteira é demarcada por rios, isso sem se contar os diversos rios de menores dimensões que nem aparecem nos mapas oficiais mas também delimitam a fronteira. Esse patrulhamento já é feito rotineiramente pelos PEF, dentro de suas capacidades e limitações, e também é feito nas grandes operações. O que

talvez seja interessante é que possa ser realizado por unidades ribeirinhas combinadas, ou seja, com parte do efetivo composta por nacionalidades diferentes, o que a princípio proporcionaria inúmeros benefícios, como por exemplo não trazer nenhum obstáculo à soberania dos países envolvidos²⁰, por não haver *a priori* entrada dos efetivos no território de nenhum dos países (e mesmo que isso se faça necessário será facilmente justificado a quem de direito, mesmo porque são tropas federais) além de já permitir, se for o caso, atuar contra ilícitos em qualquer lado da fronteira, e facilitar ligações, comunicações, confiança mútua e outros benefícios entre as forças militares dos países. Para além disso, parece também lícito supor que a reunião de maiores efetivos iria permitir o patrulhamento de maiores extensões de fronteira. As ações ressaltadas, apesar de se enquadrarem basicamente no nível tático, têm claros efeitos estratégicos, principalmente na presença e na dissuasão proporcionadas na faixa de fronteira.

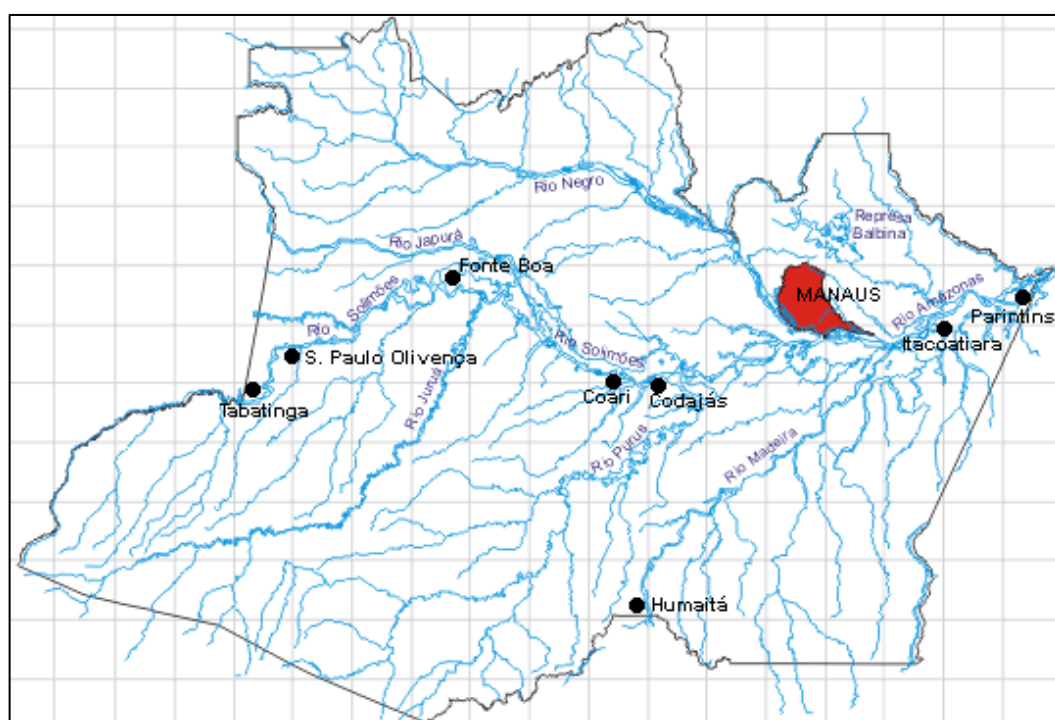


Figura nº 12 - A hidrografia do rio Amazonas em sua porção brasileira.

Fonte: (Anon., 2013b)

É importante ressaltar que todas as iniciativas são louváveis, mesmo porque o ambiente operacional de selva faz com que sempre haja contendidas, mas um ponto que parece ficar mais evidente fruto da pesquisa foi que o investimento deve ser o maior

²⁰ Consideração importante para os países da área pois a manutenção da soberania dos países foi abordada já a partida no Plano de Ação para a Segurança Fronteiriça entre o Brasil e o Peru, datado de 2011, constante no capítulo anterior.



possível nos atuadores e na cooperação, pois os atuadores jamais serão suficientes. Essa observação refere-se ao facto de que, para se citar um exemplo, pouco adianta um sensor que transmita uma informação em tempo real para um centro de comando e controlo se não houver uma força em condições de intervir, o que traz inclusive prejuízos à dissuasão. Destaca-se mais uma vez que isso se torna mais importante no ambiente de selva, que facilita sobremaneira a fuga e a camuflagem. De maneira nenhuma esta é uma crítica à existência do sensor, pois também é ele que vai identificar a ameaça, procura-se apenas destacar que a existência da força de intervenção fica no mesmo patamar de importância, caso contrário o sensor vai colaborar apenas com as estatísticas. O investimento na intervenção tem sido feito, conforme se destacou no PAP do EB, como por exemplo com o aumento do número de PEF, importante é novamente ressaltar que como se ficará longe do ideal, toda e qualquer possibilidade de aumento de efetivos nas fronteiras deve ser considerada no âmbito interno de cada país. Nesse ponto também resalta-se mais uma vez a necessidade de cooperação pois vai permitir que se reforce essa presença militar na área.

Em se falando de PEF, um apontamento que o autor entende cabível ao EB seria que se houver necessidade de faseamento na instalação dos 28 novos pelotões previstos no PAP, seja priorizada a instalação dos mesmos na região de fronteira com a Colômbia. Face às informações colhidas na pesquisa, entende-se que a ameaça interna que o referido país sofre desde a década de 1960 atrai boa parte de sua atenção e de seu esforço, estando presente na agenda do dia e em qualquer iniciativa voltada à defesa e à segurança e, para além disso, o Peru parece estar a investir mais nessa cooperação bilateral, estando os acordos nessa área com este último país mais adiantados. Reforçam este ponto as informações transmitidas ao autor pelo Major Fabiano Augusto Cunha da Silva (Silva, 2012) e já abordadas, nas quais o mesmo referiu que a região da Amazônia não é prioridade para o país. Sendo assim, talvez seja recomendável garantir-se a segurança na fronteira colombiana, além de, logicamente, serem envidados esforços de todos os setores do governo brasileiro para que se fortaleçam os laços de cooperação.

Outro apontamento também surge no que se refere ao Plano de Ação elaborado entre Brasil e Peru, pois este destaca, ao abordar o controlo fronteiriço, a necessidade de partilha de informação básica em tempo real, para que sejam identificadas pessoas que tentem cruzar a fronteira mas possuam mandados judiciais contra si (Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011, pp. 4-5). Já aqui entende-se ser esta uma medida extremamente necessária e imprescindível para coibir os ilícitos, mas por outro lado parece não ser

suficiente, pois ao se tratar de controlo fronteiriço essa medida parece ter apenas um carácter inicial, de acordo com o que já foi exposto no trabalho, onde se percebe a imensidão da fronteira e que os pontos de controlo fronteiriço são ínfimos se comparados com o todo, ou seja, provavelmente nem vai ser por onde passarão os indivíduos com questões judiciais. Parece fundamental que, para além dessa partilha de informação, o mais importante são as ações reais e coordenadas que aumentem a presença de atuadores, para que haja real controlo fronteiriço com possibilidades maiores de se capturar essas pessoas para depois identificação.



Figura nº 13: O ambiente amazónico.

Fonte: (Anon., 2013c)

Outro apontamento mais pontual no que se refere ao Brasil seria em relação à Estratégia Integral Multissetorial peruana, já abordada anteriormente e que dos quatro eixos tem dois que são diretamente relacionados com a problemática e a segurança das fronteiras amazónicas, a luta contra o terrorismo e a luta contra o tráfico ilícito de drogas. Como para concretizar esta estratégia o governo peruano conta com o apoio internacional, o Brasil pode procurar prestar este apoio, na certeza de que também seria beneficiado quando o país vizinho começar a experimentar avanços no combate a essas ameaças. Alguns ramos de atividades que podem ser tema de cooperação, além dos já mencionados²¹, podem ser a mobilidade, as operações psicológicas e a logística, e tudo poderia ser estendido também à Colômbia, se houvesse interesse deste país.

²¹ Informações, ação cívico-social e controle territorial.



Assim sendo, a título de conclusão parcial, e procurando-se responder à PD4, ou seja se há a possibilidade de cooperação bilateral do Brasil com a Colômbia e/ou o Peru para aperfeiçoar o preconizado no PAP, pode inferir-se que essa possibilidade existe, passando pelo maior incentivo e apoio aos dois países e em especial à Colômbia (já desde o nível governamental e por meio da ação diplomática) para que possam priorizar mais a região, passando também por medidas multilaterais, com o incremento das ações para aumentar a segurança destas fronteiras, além de medidas pontuais que poderiam ser adotadas pelos países, principalmente pelo Brasil, grande interessado nessa segurança.



Conclusões

O presente trabalho de investigação individual baseou-se na PP sobre a viabilidade de uma segurança cooperativa para a Região Amazônica face ao ambiente regional e às ameaças em presença.

A análise efetuada no capítulo anterior permite que se chegue a uma síntese, construída com base nas respostas às quatro PD, as quais orientaram a investigação para possibilitar a resposta à PP.

Nesse sentido, o tema demonstrou, em síntese, ter uma abrangência bastante expressiva, na medida em que não se limita ao simples facto de se estabelecerem novas medidas ou aprimorar as anteriores para incrementar a cooperação. Verificou-se a necessidade de se olhar também para a prioridade dada pelos países vizinhos aquele segmento da fronteira, que será determinante para que a parceria seja constante e eficaz, e deve ser considerada pelo Brasil em qualquer planeamento estratégico para a região.

O desenvolvimento do estudo para se atingir a resposta à PD1 permitiu a verificação de que as ameaças presentes na região são bastante graves e que as fronteiras amazônicas tem alto grau de permeabilidade e impõem sérias restrições à sua monitorização e controlo, permitindo assim validar a H1, ou seja, que o quadro de segurança da região é extremamente sensível e as ameaças têm potencial para ultrapassar as fronteiras com os Estados vizinhos.

Já a pesquisa objetivando atingir a resposta à PD2 permitiu verificar que a Amazônia brasileira tem recebido maior prioridade nas últimas décadas e que o Governo do país tem avançado na temática da defesa, com destaque para a divulgação da END em 2008. A conjugação desses esforços tem como consequência medidas mais concretas, com destaque para a elaboração do Plano Estratégico de Fronteiras e a realização de Operações envolvendo diversos órgãos públicos, para além das FA.

Desta forma, pode-se afirmar que a H2 foi validada, pois houve avanços no âmbito nacional no sentido de melhor gerir a atuação contra as ameaças à Amazônia Brasileira, materializados por meio de medidas integradas de vários órgãos e planeamento centralizado, que culminaram com projetos, especialmente o SISFRON e o PAP no âmbito do EB, e ações específicas da instituição, citando-se dentre outras a instalação de novos PEF e a modernização dos antigos, sendo inclusive abordada pesquisa de campo realizada em 2011 por Freitas, que indica em que medida as ações definidas pelo EB no PAP contribuem para as estratégias da presença e dissuasão. Conforme também abordado, as



referidas estratégias têm experimentado avanços, com destaque para os contributos do EB, como instituição nacional que detém a capacidade de se fazer mais efetivamente presente nas fronteiras de selva, já com base nisso também trazendo implicações à dissuasão.

Procurou-se, na tentativa de dar resposta à PD3, perceber se e como o Peru e a Colômbia abordam a segurança das fronteiras amazônicas em suas políticas de segurança e defesa, já também com o intuito de se verificar indícios de priorização para o tema. A pesquisa permitiu encontrar também as iniciativas bilaterais e multilaterais já existentes entre esses países e o Brasil para a proteção das fronteiras comuns, o que permitiu constatar que Peru e Colômbia têm entre si um acordo mais antigo e mais consolidado, Peru e Brasil têm um acordo que ainda não entrou efetivamente em vigor e, ainda, que há um acordo recente entre os três Estados que avança um pouco mais no assunto sem grande aprofundamento. O destaque que deve ser feito, fruto do estudo, é a cooperação em termos de informações e a presença de oficiais de ligação nos exercícios e operações na faixa de fronteira, que já está em andamento.

Assim, entende-se que a H3 foi validada, na medida em que foram encontrados indicadores que permitem viabilizar uma segurança cooperativa, principalmente em relação ao Peru e em muito menor grau em relação à Colômbia²², mas verificou-se também que, à exceção das fronteiras compartilhadas pelos dois países²³, as medidas adotadas pela Colômbia e pelo Peru para a segurança de suas outras fronteiras amazônicas parecem se encontrar dentro de um contexto de segurança de fronteiras que permeia transversalmente os países, no sentido de manter a sua soberania e a integridade de seu território, mas com pouca consideração pelo facto de serem fronteiras de selva e com peculiaridades que tornam extremamente difícil essa proteção. No entanto, exceções começam a surgir, mais especificamente os acordos abordados no capítulo quatro, sendo no entanto iniciativas ainda muito ténues com relação às fronteiras com o Brasil por ainda apresentarem poucos resultados práticos. Para além dos indicadores, o estudo permitiu que se começasse a visualizar uma moldura do cenário, na medida em as documentações peruanas e colombianas estudadas parecem indicar que os dois países, e ao que parece principalmente a Colômbia, têm ameaças externas e internas tão enraizadas na sociedade que seu foco é

²² Que na verdade nem se originam tanto nas políticas estudadas mas principalmente nos acordos já em que o país participa, indicando estar propenso a uma segurança cooperativa.

²³ Que conforme já inferido enfrentam problemas internos similares e por isso demandam medidas preventivas e coordenadas para a segurança dessas fronteiras comuns, consubstanciadas no próprio acordo bilateral implementado.



visivelmente o combate a essas ameaças, com grande enfoque aos GAML, fazendo com que a fronteira com o Brasil seja secundarizada em termos de prioridade.

Já a pesquisa no contexto da PD4 indicou haver uma cooperação num estágio inicial de desenvolvimento, fazendo com que o Brasil atualmente dependa basicamente de si para a segurança de suas fronteiras amazônicas, mas permitiu também elencar algumas possibilidades para o aperfeiçoamento desta cooperação, que é do interesse do país pela capacidade de reforçar as suas estratégias de presença e dissuasão. Nesse contexto, citam-se a realização de operações conjuntas e combinadas com um caráter mais permanente, no sentido de serem constantes e inopinadas, com claros efeitos dissuasórios, além de se procurar a combinação de tropas dos países para as patrulhas fluviais, por exemplo, permitindo principalmente ligações, comunicações, ação em qualquer dos lados da fronteira sem afetar a soberania do Estado e aumento das porções dos rios sob patrulhamento, tudo isso contribuindo para a eficiência e eficácia do PAP e das estratégias da presença e dissuasão. É importante destacar que na origem de qualquer iniciativa deve estar o incentivo do Brasil aos referidos países, por ações governamentais e diplomáticas, para que priorizem a região. Para além disso, a Estratégia Integral Multissetorial peruana pode se tornar um ponto de base para a cooperação bilateral, na medida em que o próprio país define como pressuposto a busca de apoio externo para a implementação, o que estreitaria os laços e ao mesmo tempo combateria as ameaças definidas em dois dos eixos da Estratégia, quais sejam a luta contra o terrorismo e a luta contra o tráfico ilícito de drogas. Assim, a existência desses pontos em que se vislumbrou um possível incremento da cooperação acaba por validar a H4.

Assim, procurando-se responder à pergunta de partida, entende-se que é perfeitamente viável o estabelecimento de uma segurança cooperativa para a região Amazônica, na medida em que as medidas de cooperação atualmente existentes estão num estágio muito pouco avançado, havendo a possibilidade de melhoria do PAP do EB e de tornar as estratégias da presença e da dissuasão na fronteira amazônica muito mais eficazes contra as ameaças presentes na área, por meio do incremento de medidas bilaterais e multilaterais, desde que se olhe também para além disso, ou seja, a prioridade que cada país vem emprestando à região, que traz implicações importantes para esta cooperação.

Como recomendações, avaliou-se que para o Governo Brasileiro seria interessante manter uma constante ação diplomática no sentido de reforçar aos países em questão, e em especial à Colômbia, a necessidade de darem maior prioridade à região e em especial às



fronteiras. Para o EB, caberia a flexibilidade para a defesa dessas fronteiras, mantendo-se sempre a capacidade de reforço em virtude do risco de que qualquer medida de cooperação em vigor possa ser prejudicada no caso de recrudescimento das ameaças internas presentes no Peru e na Colômbia; seria interessante ainda a priorização da instalação dos novos PEF planejados para a fronteira com a Colômbia, país com o qual a cooperação está menos avançada; procurar priorizar também e em qualquer planejamento vindouro o reforço dos intervenientes, que serão aqueles que realmente irão se contrapor às ameaças e nunca serão suficientes, pelas dimensões e permeabilidade das fronteiras amazônicas. Para além disso, entende-se importante destacar que o tema deve ser alvo de constante análise por todos os níveis, desde o governamental até o nível dos atuadores, e nesse ponto se destaca em especial o EB, pela maior presença na área, para que se busquem melhorias e avanços na cooperação, e para que se acompanhem as prioridades em matéria de segurança e defesa dos países vizinhos, permitindo assim uma antecipação no caso de estarem enfrentando dificuldades e que se preste o apoio necessário para que a fronteira amazônica conte sempre com a maior prioridade possível.

Dessa forma, ressalta-se que este é um trabalho inicial que poderia servir de base para um maior aprofundamento, e a cada passo dado em matéria de cooperação com os países fronteiriços remeterá a nova análise com o possível surgimento de novas ideias.

A Amazônia Brasileira, conhecida como o “Pulmão do Mundo”, por sua grandeza e suas riquezas imensuráveis, mas também pelas dificuldades e limitações que oferece aqueles que se incumbem de sua proteção, deve constar na agenda do dia brasileira, pois aproveitando as palavras do General Rodrigo Otávio, “Árdua é a missão de defender e desenvolver a Amazônia, muito mais difícil, porém, foi a de nossos antepassados, em conquistá-la e mantê-la.”



Bibliografia

- Albuquerque, R. F., 2012. *Informações sobre o Peru* [Entrevista] (20 Novembro 2012).
- Anon., 2013a. *Google* *Imagens.* [Online]
Available at: <http://www.america-sul.com/imagens/mapa-america-do-sul.jpg>
[Acedido em 20 Março 2013].
- Anon., 2013b. *Google* *Imagens.* [Online]
Available at: http://www.emsampa.com.br/imgs/hidrografia_amazonas.gif
[Acedido em 22 Março 2013].
- Anon., 2013c. *Google* *Imagens.* [Online]
Available at: www.google.com.br/imagens
[Acedido em 24 Março 2013].
- Araújo, D. A., 2013. *Informações sobre o Peru* [Entrevista] (18 Março 2013).
- Araújo, K. P., 2006. *A Securitização do Desenvolvimento da Amazônia e o TCA. Dissertação de Mestrado.* Brasília: Instituto Rio Branco.
- Comando General de Las Fuerzas Militares, 2007. *Guía de Planeamiento Estratégico 2007-2010.* Bogotá: CGFM.
- Comando General de Las Fuerzas Militares, 2008. *Guía de Planeamiento Estratégico 2010.* Bogotá: CGFM.
- Comando General de Las Fuerzas Militares, 2010. *Guía de Planeamiento Estratégico 2010.* Bogotá: CGFM.
- Estado Maior do Exército, 2001. *Manual de Campanha C 124-1 - Estratégia.* 3ª ed. Brasília: EGGCF.
- Estado-Maior do Exército, 2009. *Estratégia Braço Forte.* Brasília: EGGCF.
- Estado-Maior do Exército, 2010. *O Processo de Transformação do Exército.* Brasília: EGGCF.
- Faccin, M. F., 2012. *Informações sobre o Peru* [Entrevista] (21 Novembro 2012).
- Filho, J. A. S., 2011. *Conselho de Defesa Sul-Americano: novos Arranjos em Segurança e Defesa na América do Sul. Tese de Doutorado em Ciências Militares.* Rio de Janeiro: ECEME.
- Freitas, C. A. A., 2011. *A Estratégia Nacional de Defesa no contexto da Amazônia Brasileira. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares.* Rio de Janeiro: ECEME.
- Freixo, M. J. V., 2011. *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas.* 3ª ed. Lisboa: Instituto Piaget.
- Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2009. *Anuario 2009 - Seguridad Regional en America Latina y el Caribe.* Berlim: Friedrich Ebert Stiftung Foundation.
- Friedrich Ebert Stiftung Foundation, 2013. *Seguridad Regional.* [Online]
Available at: <http://www.seguridadregional-fes.org>
[Acedido em 25 Janeiro 2013].
- Grupo Bilateral de Trabalho de Defesa, 2002. *Declaração Conjunta da Primeira Reunião do Grupo Bilateral de Trabalho de Defesa.* Bogotá: Grupo Bilateral de Trabalho de Defesa.



Hathaway, D., 2004. A Biopirataria no Brasil. In: A. A. Rotania & J. Werneck, edits. *Sob o Signo das Bios: Vozes Críticas da Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: E-Paper, pp. 39-48.

Homma, A. K. O., 2005. Biopirataria na Amazônia: Como Reduzir os Riscos?. *Amazônia: Ci. & Desenv*, Jul/Dez, Volume 1, pp. 47-60.

Instituto de Estudos Superiores Militares, Julho de 2012. *NEP/ACA - 010 Trabalhos de investigação*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Instituto de Estudos Superiores Militares, Julho de 2012. *NEP/ACA - 018 Regras de apresentação e referência para os trabalhos escritos a realizar no IESM*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares.

International Crisis Group, 2011. Moving Beyond Easy Wins: Colombia's Borders. *Latin America Report* nº 40. 31 Outubro, pp. 18-33.

International Crisis Group, 2012. Colombia: Peace at Last?. *Latin America Report* nº 45, 25 Setembro, pp. 01-10.

Mattos, L. C. G., 2011. *O Comando Militar da Amazônia*. Rio de Janeiro: CMA.

Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001. Biodiversidade, Pesquisa e Desenvolvimento da Amazônia. *Parcerias Estratégicas*, Setembro, Volume 12, pp. 05-112.

Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2011. *Plano de Ação para a Segurança Fronteiriça entre os Ministérios da Defesa e do Interior da República do Peru e os Ministérios da Defesa, da Justiça e da Integração Nacional da República Federativa do Brasil*. Lima: s.n.

Ministério da Defesa do Brasil; et al., 2012. *Ata da II Reunião Tripartite entre as Forças Armadas e Militares do Brasil - Colômbia - Peru*. Manaus: MD.

Ministério da Defesa do Peru, 2005. *Livro Branco de Defesa Nacional*. Lima: Calidad Gráfica.

Ministério da Defesa, 2008. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília: MD.

Organization of American States, 1947. *Inter-american Treaty of Reciprocal Assistance*. [Online]

Available at: <http://www.oas.org/juridico/english/treaties/b-29.html>
[Acedido em 26 Abril 2013].

Organization of American States, 2013. *Organization of American States*. [Online]
Available at: http://www.oas.org/en/about/who_we_are.asp
[Acedido em 26 Abril 2013].

Piletti, F. J., 2008. *Segurança e Defesa da Amazônia: o Exército Brasileiro e as Ameaças Não-tradicionais. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas*. Porto Alegre: UFRGS.

Presidência da República da Colômbia, 2003. *Política de Defensa y Seguridad Democrática*. Bogotá: s.n.

Presidência da República, 2013. *Crack, é possível vencer*. [Online]
Available at: <http://www.brasil.gov.br/crackepossivelvencer/seguranca-publica/seguranca-publica>
[Acedido em 8 Fevereiro 2013].

Santos, D. Z., 2009. *Diplomacia e Forças Armadas: Percepções de Segurança no Entorno Andino-amazônico. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília.



Senado Federal, 2012a. Ameaças nada veladas. *Em discussão*, Volume 10, p. 47.

Senado Federal, 2012b. Plano lançado em julho aumenta repressão a crimes fronteiriços. *Em discussão*, Volume 10, pp. 68-69.

Senado Federal, 2012c. Sisfron vai permitir o monitoramento em tempo real. *Em discussão*, Volume 10, p. 69.

Silva, F. A. C., 2012. *Informações sobre a Colômbia* [Entrevista] (7 Novembro 2012).

Tickner, A. B., 2007. Aprendizagem entre Vizinhos: Fontes de Desacordo e Perspetivas de Cooperação entre os Países Andinos. *Criando Comunidade*, Dezembro, Volume 28, pp. 1-10.

United Nations Office on Drugs and Crime, 2010. *World Drug Report 2010*. [Online] Available at: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR-2010.pdf> [Acedido em 23 Janeiro 2013].

United Nations Office on Drugs and Crime, 2012. *World Drug Report 2012*. [Online] Available at: http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_drugs/WDR/2012/WDR_2012_web_small.pdf [Acedido em 23 Janeiro 2013].

United Nations Office on Drugs and Crime, 2013. *Organized crime*. [Online] Available at: <http://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/index.html> [Acedido em 26 Abril 2013].



Anexo A – Base conceitual

A END data do ano de 2008, após elaboração por equipas do Ministério da Defesa (MD) e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, com foco em ações estratégicas de médio e longo prazo que procuram modernizar a estrutura de defesa do Brasil. Tem três eixos estruturantes: reorganização das FA, reestruturação da indústria brasileira de material de defesa e política de composição dos efetivos das FA (Ministério da Defesa, 2008, p. 5).

O PAP foi um dos produtos do EB em resposta às determinações previstas na END, sendo lançado em 2009, e com vistas ao aumento da presença militar do Exército na Amazônia e o monitorização das fronteiras.

Crime Organizado – grupo de três ou mais pessoas que não foi aleatoriamente formado, existente por um período de tempo, agindo em conjunto com o objetivo de cometer ao menos um crime punível por pelo menos quatro anos de reclusão para obter, direta ou indiretamente, benefício financeiro ou material (United Nations Office on Drugs and Crime, 2013) (tradução livre do autor).

Para a definição de ameaças, utiliza-se a adotada pelo Embaixador Samuel Guimarães; “fenómenos, de origem interna ou externa, que apresentariam alta possibilidade de provocar convulsão social, rutura do Estado de Direito, violência endêmica e difusa, desafio (interno e externo) armado ao Estado, e redução significativa da capacidade de autodeterminação interna e externa da sociedade., [...] Ademais, todo fenómeno de origem interna ou externa que reduz a capacidade da sociedade, do Estado e das forças armadas de apresentar defesa adequada dos sistemas sociais, políticos e económicos diante das ameaças mencionadas também deveria ser definido como ameaça” (Guimarães, 2006, cit. por Santos, 2009, p. 23)

Segundo o Estado Maior do Exército do Brasil, a Estratégia da Presença “preconiza a presença militar em todo o território nacional, com a finalidade de garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem, assegurar a soberania e a integração nacionais e contribuir de modo eficaz para o desenvolvimento nacional. É efetivada não só pela criteriosa articulação das unidades no território (presença seletiva), como também, pela possibilidade de fazer-se presente em qualquer parte dele, quando for necessário, configurando a mobilidade estratégica.” (Estado Maior do Exército, 2001, pp. 3-11).

Por outro lado, a Estratégia da Dissuasão, segundo a mesma fonte, “consiste na manutenção de forças suficientemente poderosas e aptas ao emprego imediato, capazes de se contrapor a qualquer ameaça pela capacidade de revide que representam. A dissuasão se



apoia nos fatores capacidade, credibilidade, comunicação e incerteza com relação a determinadas incógnitas, como por exemplo o comportamento de outras nações. A dissuasão não pode ser um blefe.” (Estado Maior do Exército, 2001, pp. 3-11).

Em relação ao conceito de segurança regional que será abordado para orientar o trabalho, Buzan (1991 cit. por Filho, 2011, p. 56) considera “nos casos em que observa-se questões de segurança comuns dentro de uma mesma região.”

Já em relação à segurança cooperativa, Steinbruner; et al., (1992 cit. por Filho, 2011, p. 72) consideram “a integração preventiva dos Estados o mecanismo capaz de garantir a segurança comum, ideia central desse conceito, que ainda considera a transparência, o fortalecimento das organizações internacionais e atitudes de confiança mútua, medidas essenciais para a obtenção e manutenção da paz”.